

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2023**

**COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Prezados acionistas, A administração da TIM S.A., ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2023, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, exceto quando especificado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

**Perfil da Companhia**

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2023, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo sexto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com o contínuo gerenciamento dos aspectos sociais, ambientais e de governança, criando valor para seus acionistas e demais stakeholders. Além disso, a TIM é a empresa brasileira com o maior reconhecimento pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

**1. Mensagem da Administração**

Estamos muito satisfeitos que 2023 tenha sido um ano excepcional, com grandes conquistas e resultados recordes. Esse resultado foi consequência de navegarmos bem no novo ambiente do mercado móvel brasileiro, nosso principal segmento de negócios e de explorarmos as oportunidades que estão surgindo.

**Nosso Core – O Mercado Móvel**

Durante nosso Investor Day em novembro, explicamos que o mercado móvel brasileiro está mais saudável do que nunca, apoiando uma estratégia de "mais por mais". A nova dinâmica do mercado após a consolidação favorável estão gerando um melhor ambiente para operar. Este novo ambiente caracteriza-se por: (i) uma nova dinâmica de mercado mais racional e com os clientes focados em valor e qualidade; (ii) essencialidade do serviço móvel; (iii) oportunidade de incremento uso com aumento da demanda por dados; e (iv) acessibilidade de preços.

**Nossa Estratégia – Next Generation TIM**

Temos uma estratégia clara para criar a Next Generation TIM. Neste engajamento, definimos quatro pilares: Móvel, B2B, Banda Larga e Eficiência, que são desenvolvidos integrando as nossas pessoas, a sociedade e o meio-ambiente na nossa estratégia de negócio.

Essa integração impulsiona nossas práticas ESG a serem reconhecidas como uma das mais desenvolvidas do país. A TIM ficou em 12º lugar entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil na seleção *Great Place to Work*. A Sustentabilidade também nos premiou como os mais bem avaliados do setor ESG. A S&P listou a TIM entre as empresas de telecomunicações mais sustentáveis do mundo. E somos a empresa mais diversa e inclusiva da América Latina e a empresa de telecomunicações número 1 (um) do mundo classificada pela *Refinitiv*.

Nossos pilares estratégicos estão resumidos a seguir:

- Móvel: onde a TIM gera a maior parte do seu resultado e onde ambiciona ser a operadora preferida dos clientes;
- B2B: a Companhia está moldando um novo mercado baseado em IoT com serviços e conectividade para endereçar uma oportunidade de crescimento exponencial;
- Banda Larga: onde a TIM quer crescer de forma rentável se valendo de uma abordagem seletiva enquanto mantém opções futuras em aberto;
- Eficiência: a Companhia tem esse pilar como inerente a sua operação e desenvolve todas suas ações com rigorosa disciplina na alocação de capital.

**Nossas conquistas – Um ano histórico**

Nossas receitas de serviços cresceram, em 2023, 10,7% A/A, totalizando mais de 23 bilhões de reais, número recorde em nossa história. Com os custos sob controle, nosso EBITDA cresceu mais de 14% e atingiu outro recorde da nossa história, 11,7 bilhões de reais.

Nesse contexto, nossa margem de EBITDA em 2023 expandiu para quase 49% – a maior entre as grandes empresas de telecomunicações do Brasil e da América Latina. Outra métrica que mede nossa eficiência na alocação de recursos é a relação Capex sobre Vendas. Fechamos 2023 com o melhor resultado de todos os tempos, pouco abaixo de 19%, contribuindo para que nosso fluxo de caixa livre operacional<sup>1</sup> crescesse mais de 58% A/A, somando 4,2 bilhões de reais. Além disso, nosso Lucro Líquido subiu para 2,7 bilhões de reais após crescer mais de 50% A/A. Esses resultados explicam por que estávamos confiantes em elevar nossa meta de remuneração aos acionistas de 2,3 bilhões de reais para 2,91 bilhões de reais.

Durante 2023, trabalhamos extensivamente para entregar melhorias na experiência do cliente. Buscamos o **Melhor Atendimento** digitalizando as interações para acelerar e melhorar a resolução da demanda. E fomos os melhores da categoria em todos os rankings de resolução do Brasil. Ao mesmo tempo, se um atendente humano atende um cliente, a satisfação com essa interação deve ser muito alta. E entregamos isso – o NPS do call center melhorou mais de 40% no quarto trimestre. Enquanto isso, consolidamos nossa liderança em qualidade de rede no Brasil, comandando o topo de todos os **Redes**. Desenvolvemos a maior cobertura 4G e 5G, sendo a única operadora a cobrir todas as cidades do Brasil. Nossa rede também foi a mais premiada entre as operadoras brasileiras e ocupamos o primeiro lugar em Qualidade de Consistência, KPI mais relevante para medir a experiência real de um cliente.

Para completar, estamos inovando para criar a **Melhor Oferta**, potencializando novos conceitos e parcerias para gerar novidade e diferencial. Lançamos a primeira oferta de teste na América Latina para incentivar os clientes a testar nossos serviços. Esperamos que esta ferramenta seja relevante na oferta de novos serviços e produtos para nossos clientes. Acabamos de lançar comercialmente nossa parceria com a Ambev. Estamos ampliando os benefícios, utilizando o cashback no app Zé Delivery como ferramenta de fidelização.

Esses desenvolvimentos móveis estão nos levando a registrar o maior ARPU combinado (pré-pago + pós-pago) do setor, próximo a 30 reais e crescendo quase 13% A/A. Ao mesmo tempo, estamos melhorando o churn no pós-pago, aumentando os resultados de upsell com migrações ascendentes e observando um aumento no uso de serviços de valor agregado. Acabamos de lançar comercialmente nossas parcerias com a Ambev. Estamos ampliando os benefícios, utilizando o cashback no app Zé Delivery como ferramenta de fidelização.

Esses desenvolvimentos móveis estão nos levando a registrar o maior ARPU combinado (pré-pago + pós-pago) do setor, próximo a 30 reais e crescendo quase 13% A/A. Ao mesmo tempo, estamos melhorando o churn no pós-pago, aumentando os resultados de upsell com migrações ascendentes e observando um aumento no uso de serviços de valor agregado. Acabamos de lançar comercialmente nossas parcerias com a Ambev. Estamos ampliando os benefícios, utilizando o cashback no app Zé Delivery como ferramenta de fidelização.

**2. Panoramas Econômico e Industrial**

Indicador	Projeções x Resultados 2023	Resultado
Crescimento da Receita de Serviços	High single-digit <sup>1</sup> A/A	+10,7% A/A
Crescimento do EBITDA	Low double-digit <sup>1</sup> A/A	+14,2% A/A
Investimentos	CAPEX sobre a Receita	18,9%
Crescimento EBITDA-Ad menos CAPEX	Liq. Ratio: <20%	+58,2% A/A
Proventos anunciados aos acionistas	> R\$ 2,9 bi	R\$ 2.910 Bi (R\$ 1,6 bi em JSCP e R\$ 1,31 bi em dividendos <sup>2</sup> )

Neste cenário projetamos para os próximos anos um crescimento sustentável da Receita de Serviços acima da inflação e uma expansão do EBITDA com evolução positiva na margem. Essa dinâmica aliada à manutenção do nível de investimentos que se beneficiam da eficiência das novas tecnologias, com o 5G, deverá promover uma melhoria no nosso fluxo de caixa livre operacional. Tudo isso permitirá continuar evoluindo e nossa estratégia de remuneração aos acionistas e reinvestir em vias de crescimento como B2B e Banda Larga.

Estamos num longo caminho para nos tornarmos a empresa de telecomunicações preferida, por isso, devemos continuar focados na execução da nossa estratégia, ajustando-nos ao ambiente, quando necessário, mas nunca perdendo de vista os nossos objetivos finais.

**2.1. Ambiente Macroeconômico**

O ano de 2023 no balanço geral foi positivo para o Brasil. Após um 2022 com a eleição presidencial mais polarizada da história, o país conseguiu avançar em reformas importantes e realizar um ajuste fiscal de uma magnitude considerável. Ao final do ano, conseguiu-se a aprovação de uma reforma tributária, mesmo que apenas uma parte dela, que se discute há cerca de 30 anos, além de se projetar a zeragem do déficit primário já para 2024. Contribuiu para isso, o movimento do Banco Central, que a partir de agosto iniciou um processo de redução gradual da SELIC, fechando o ano em 11,75% ao ano. Outro dado favorável foi a redução da taxa de desemprego 7,8%<sup>3</sup> em 2023, o menor desde 2014, e 7,4% no quarto trimestre, continuando uma série de quedas ao longo dos últimos trimestres, impactado pelo processo de imunização em relação a Covid iniciado em 2022. Com os resultados deste trimestre, o número absoluto de desempocados caiu marginalmente comparado ao trimestre anterior, para 8,1 milhões de pessoas.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2023 em 4,62%, acima do centro da meta estimada para o ano (3,25%), mas dentro da margem de 1,5% da meta. Apesar de ter o segundo maior aumento nominal (7,14%), o grupo Transportes teve o maior peso no índice geral de inflação, com 1,46 ponto percentual. A gasolina, que faz parte do grupo, foi o subitem com maior peso entre os 377 que compõem o IPCA. No ano, a alta foi de 12,09%, com o impacto de 0,56 p.p. Também no grupamento estão outros dois subítem que fazem o pódio dos aumentos de preços mais relevantes para o IPCA. O emplacamento e licença teve alta de 21,22% no ano e peso de 0,53 p.p. no IPCA. As passagens aéreas vêm em terceiro lugar no ranking, já que subiram 47,24% no ano e tiveram contribuição de 0,32 p.p. no índice. No grupo de Saúde e cuidados pessoais, a maior contribuição veio do plano de saúde (11,52% de alta e 0,43 p.p. no índice). Em Habitação, a principal contribuição positiva veio da energia elétrica residencial (9,52% e 0,37 p.p.).

Em 2023 o câmbio apresentou uma considerável volatilidade, com o Real apresentando uma valorização frente ao dólar em relação ao fechamento do ano anterior. No último fechamento, a moeda americana terminou cotada a R\$4,85, uma redução de 8,06%. Incertezas em relação a inflação americana, fatores externos, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia além do confronto iniciado em outubro de 2023 entre Israel e o Hamas, contribuíram para o cenário de oscilação que a moeda apresentou. Em relação ao Real, a moeda americana apresentou uma máxima de R\$5,45 contra uma mínima de R\$ 4,72 durante o ano, uma variação de 15,5%, num cenário de incertezas domésticas, riscos fiscais e muitas discussões sobre, por exemplo, a Proposta de Reforma Tributária, além do novo arcabouço fiscal. Ambas as medidas viriam a ser aprovadas meses depois e ajudaram a reduzir incertezas do mercado. A balança comercial fechou o ano com superávit de US\$98 bilhões, um aumento de 60,6% na comparação com o fechamento de 2022. As exportações fecharam o ano em US\$ 339,7 bilhões, e tiveram uma variação positiva de 1,7% em relação ao ano de 2022. As importações registraram US\$ 240,9 bilhões, queda de 11,7% na comparação anual. O valor de superávit é o maior registro de toda a série histórica.

O cenário internacional foi, por mais um ano, marcado por muitas incertezas e volatilidade com taxas de inflação altas e com resistência a queda, capitaneadas pelos preços de commodities, alimentos, e gargalos logísticos e de produção, além de redução nos índices de crescimento do PIB em grande parte dos países. Os Estados Unidos apresentaram uma desaceleração na taxa de inflação para 3,4%, e um crescimento do PIB de 2,5% em 2023, ante a uma expansão de 2,1% em 2022. A economia na Europa mostra um ritmo de crescimento lento, muito impactada pelos efeitos da guerra entre Rússia-Ucrânia e mais recentemente pelo conflito entre Israel e o Hamas, tendo afetado o ritmo da retomada da economia pós-pandemia. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,7% no 3º trimestre. O Fundo Monetário Internacional ("FMI") aponta uma previsão de 3,0%<sup>4</sup> de crescimento para economia global em 2023.

**2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações**

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a adotar uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

Ao longo de sua trajetória, o setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas muito agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral. Entretanto, nos últimos anos, esta competição tem caminhado mais para questões ligadas a qualidade e atendimento, tornando-se mais racional do ponto de vista de operados. No último ano, é possível afirmar que tivemos um processo de continuidade dessa transição para um novo modelo de competição.

No ano de 2023 foram concluídas todas as pendências relacionadas ao processo de aquisição dos ativos de operação móvel da Oi Móvel S.A., pela TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., após o câmbio apresentar uma considerável volatilidade, com o Real apresentando uma valorização frente ao dólar em relação ao fechamento do ano anterior. No último fechamento, a moeda americana terminou cotada a R\$4,85, uma redução de 8,06%. Incertezas em relação a inflação americana, fatores externos, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia além do confronto iniciado em outubro de 2023 entre Israel e o Hamas, contribuíram para o cenário de oscilação que a moeda apresentou. Em relação ao Real, a moeda americana apresentou uma máxima de R\$5,45 contra uma mínima de R\$ 4,72 durante o ano, uma variação de 15,5%, num cenário de incertezas domésticas, riscos fiscais e muitas discussões sobre, por exemplo, a Proposta de Reforma Tributária, além do novo arcabouço fiscal. Ambas as medidas viriam a ser aprovadas meses depois e ajudaram a reduzir incertezas do mercado. A balança comercial fechou o ano com superávit de US\$98 bilhões, um aumento de 60,6% na comparação com o fechamento de 2022. As exportações fecharam o ano em US\$ 339,7 bilhões, e tiveram uma variação positiva de 1,7% em relação ao ano de 2022. As importações registraram US\$ 240,9 bilhões, queda de 11,7% na comparação anual. O valor de superávit é o maior registro de toda a série histórica.

O cenário internacional foi, por mais um ano, marcado por muitas incertezas e volatilidade com taxas de inflação altas e com resistência a queda, capitaneadas pelos preços de commodities, alimentos, e gargalos logísticos e de produção, além de redução nos índices de crescimento do PIB em grande parte dos países. Os Estados Unidos apresentaram uma desaceleração na taxa de inflação para 3,4%, e um crescimento do PIB de 2,5% em 2023, ante a uma expansão de 2,1% em 2022. A economia na Europa mostra um ritmo de crescimento lento, muito impactada pelos efeitos da guerra entre Rússia-Ucrânia e mais recentemente pelo conflito entre Israel e o Hamas, tendo afetado o ritmo da retomada da economia pós-pandemia. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,7% no 3º trimestre. O Fundo Monetário Internacional ("FMI") aponta uma previsão de 3,0%<sup>4</sup> de crescimento para economia global em 2023.

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a adotar uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

Ao longo de sua trajetória, o setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas muito agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral. Entretanto, nos últimos anos, esta competição tem caminhado mais para questões ligadas a qualidade e atendimento, tornando-se mais racional do ponto de vista de operados. No último ano, é possível afirmar que tivemos um processo de continuidade dessa transição para um novo modelo de competição.

No ano de 2023 foram concluídas todas as pendências relacionadas ao processo de aquisição dos ativos de operação móvel da Oi Móvel S.A., pela TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., após o câmbio apresentar uma considerável volatilidade, com o Real apresentando uma valorização frente ao dólar em relação ao fechamento do ano anterior. No último fechamento, a moeda americana terminou cotada a R\$4,85, uma redução de 8,06%. Incertezas em relação a inflação americana, fatores externos, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia além do confronto iniciado em outubro de 2023 entre Israel e o Hamas, contribuíram para o cenário de oscilação que a moeda apresentou. Em relação ao Real, a moeda americana apresentou uma máxima de R\$5,45 contra uma mínima de R\$ 4,72 durante o ano, uma variação de 15,5%, num cenário de incertezas domésticas, riscos fiscais e muitas discussões sobre, por exemplo, a Proposta de Reforma Tributária, além do novo arcabouço fiscal. Ambas as medidas viriam a ser aprovadas meses depois e ajudaram a reduzir incertezas do mercado. A balança comercial fechou o ano com superávit de US\$98 bilhões, um aumento de 60,6% na comparação com o fechamento de 2022. As exportações fecharam o ano em US\$ 339,7 bilhões, e tiveram uma variação positiva de 1,7% em relação ao ano de 2022. As importações registraram US\$ 240,9 bilhões, queda de 11,7% na comparação anual. O valor de superávit é o maior registro de toda a série histórica.

O cenário internacional foi, por mais um ano, marcado por muitas incertezas e volatilidade com taxas de inflação altas e com resistência a queda, capitaneadas pelos preços de commodities, alimentos, e gargalos logísticos e de produção, além de redução nos índices de crescimento do PIB em grande parte dos países. Os Estados Unidos apresentaram uma desaceleração na taxa de inflação para 3,4%, e um crescimento do PIB de 2,5% em 2023, ante a uma expansão de 2,1% em 2022. A economia na Europa mostra um ritmo de crescimento lento, muito impactada pelos efeitos da guerra entre Rússia-Ucrânia e mais recentemente pelo conflito entre Israel e o Hamas, tendo afetado o ritmo da retomada da economia pós-pandemia. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,7% no 3º trimestre. O Fundo Monetário Internacional ("FMI") aponta uma previsão de 3,0%<sup>4</sup> de crescimento para economia global em 2023.

Por fim, o ano de 2023 foi marcado pela continuidade da implementação e expansão da tecnologia 5G no Brasil, buscando atender uma demanda por maiores velocidades de conexão. Nesse contexto a TIM encerrou 2023 tendo implementado a tecnologia 5G em 137 cidades, incluindo todas as 27 capitais do país, totalizando 209 cidades, com número de antenas muito superior ao exigido pela ANATEL, fornecendo uma melhor experiência para o usuário.

**3. Serviços TIM**

**3.1. Negócios**

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. Com uma abordagem proativa, a Companhia sempre está em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios no setor de telecomunicações. O perfil de uso dos clientes atualmente baseia-se muito no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas registradas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda sobre portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. Se posicionando de forma única com o objetivo de se tornar a operadora de maior preferência dos brasileiros, possuindo o melhor proposta de valor em mercado que se alavanca por valor. Seja com o melhor serviço, oferecendo uma melhor experiência ao cliente, seja com uma melhor rede, o que um dia foi uma lacuna estrutural hoje é uma vantagem competitiva, ou seja ainda por uma melhor oferta, contando com parcerias e ofertas inovadoras. Em 2023, a TIM iniciou diversas parcerias nas mais variadas frentes, com destaque para os segmentos de Conteúdo e Segurança (parceria com Deezer e HBO/MAX, por exemplo), Educação (Descomplica), Varejo (Zé Delivery) e Saúde (Cartão de Todos). Isso gera simultaneamente, impacto social, sólido crescimento de receita e o que possibilita a Companhia alcançar o nível de Caixa Operacional Livre.

**3.2. Estratégia**

Com a atualização do plano estratégico da Companhia, a TIM reforça a busca por um crescimento sustentável do negócio levando em consideração todos os *stakeholders* e objetivando a criação de valor para cada um deles. Neste contexto, o plano desenhado pela Companhia é centrado em estratégias para a evolução do negócio existente com inovações incrementais e iniciativas que melhorem a posição relativa da TIM. Ao mesmo tempo, novas frentes são abertas buscando a transformação do negócio com mudanças mais disruptivas, entretanto em novos mercados e captura de oportunidades que vão além do núcleo central da TIM. Dentre as alavancas para alcançar nossa aspiração, listam-se:

- Consolidar a melhor proposta de valor em um mercado focado em valor, com melhor serviço, melhor rede e melhor oferta. Com melhor serviço continuamos nossa melhor jornada rumo à excelência na experiência do cliente, com a melhor rede consolidamos nossa posição como líder em qualidade de rede no Brasil e com a melhor oferta, alcançamos nosso DNA de inovação e parcerias para oferecer a melhor oferta.
  - Ampliação da nossa presença na área de tecnologia *B2B/IoT*, avançando o pioneirismo da TIM, com movimentos estratégicos que pretendem captar o crescimento esperado do mercado e buscando oportunidades, especialmente no 5G;
  - Busca de oportunidades de alto crescimento, com avançamentos dos pontos fortes da TIM no móvel: rápido crescimento em IoT, com pioneirismo em diversos setores, do Agro e Logística até Indústria, e expansão do portfólio de nossas parcerias estratégicas para acelerar nossa captura de valor, linha na qual a TIM já possui parcerias com líderes de setores e mantém a busca por oportunidades de negócios; e
  - Abordagem seletiva para crescer de forma rentável no mercado de banda larga. Existe, neste mercado, espaço para acelerar e a Companhia está pronta para fazê-lo.
- A Companhia está se desenvolvendo sua *next generation*, com uma estratégia muito bem definida: ser a melhor rede no Brasil e com a melhor oferta, alcançamos nosso DNA de inovação e parcerias para oferecer a melhor oferta.

**3.4. Recursos Humanos**

A Diretoria de Recursos Humanos, que a partir de julho de 2023 passou a se chamar Pessoas, Cultura e Negócios (*People, Culture & Organization*), está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar a evolução da Companhia, alinhadas às transformações tecnológicas e desafios de negócio, ao compromisso com a sustentabilidade e à valorização da diversidade e inclusão. Além de buscar sempre a evolução do modelo de trabalho, a construção de ecossistemas para o contínuo desenvolvimento das competências, da promoção do cuidado e do bem-estar para as nossas colaboradoras e colaboradores, em todas as dimensões.

Apresentamos um resumo das principais iniciativas para suportar nossos melhores resultados. Na TIM, o princípio de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora e da experiência do colaborador. Em 2023, tivemos uma adesão de 98% (+2pp) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo com um dos mais importantes para ser ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

Apresentamos 70% das colaboradoras possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,4% possuem pós-graduação. Em 2023 apresentamos crescimento de 1pp em 3 dimensões da pesquisa, Cultura de Integridade (-1pp x P90), Engajamento (-1pp x P90) e Ambiente Saudável (+1pp x P90), dessa forma encontramos a área ou próximas a classificação das Melhores Práticas de acordo com a favorabilidade atingida. Dentre as questões com maior crescimento, destacam-se as relacionadas a confiança no Canal de Denúncias e a Consistência Adequada para cada modelo de trabalho (+2pp).

Cultura de Integridade permanece como a dimensão de maior reconhecimento, chegando a 92% de favorabilidade, com crescimento de 1pp e a 1pp para se classificar no mercado de Melhores Práticas (P90). Destaque para a promoção de um ambiente inclusivo com favorabilidade de 96% (Opp) e +7pp x P90 e ambiente livre de assédio de discriminação com favorabilidade de 94% (Opp) e +2pp x P90, corroborando com o foco da TIM no tema Diversidade & Inclusão.

Em 2024, daremos continuidade às ações estruturadas para o bem-estar dos colaboradores e para a busca por melhores resultados, por meio de ações que fortaleçam a agilidade organizacional, a fim de manter o cuidado com as pessoas e a busca pela inovação.

**4.1. Pessoas**

A TIM encerrou o ano de 2023 com 9.275 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

■ **Conecta:** Programa de *onboarding* para integrar novos colaboradores e incluir orgulho em fazer parte da empresa. Com uma jornada dinâmica e estruturada, oferece atividades acolhedoras, colaborativas e de aprendizagem, com temas como conduta ética, combate à corrupção, contexto setorial de atuação da empresa e cenário competitivo, entre outros.

■ **TIM Talks:** Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM, disponível para colaboradores e toda a sociedade. Em 2023, abordamos como habilitamos tecnologia e inovação de forma sustentável em prol do ESG e como usamos o nosso propósito e cultura como alavanca para potencializar as nossas entregas e a geração de valor para colaboradores, clientes e sociedade. Por isso, nossa temática central foi "Propósito que Transforma Futuros". O evento aconteceu de 17/10/2023 a 01/11/2023, tendo uma cerimônia de abertura híbrida, que abordou como o ESG permeia da estratégia à prática de uma organização. Na sequência, foram realizadas 27 ações, em formatos variados (online e híbrido), e que tiveram a participação de parceiros do Ecossistema Mulheres Positivas e comerciais da TIM. Os painéis foram transmitidos no canal da TIM no YouTube, aberto a toda a sociedade, reforçando nosso compromisso com a democratização

do conhecimento e inclusão, com 3551 participações ao vivo e mais de 240.000 visualizações pós-evento.

■ **Semana Bem + Estar:** Em setembro de 2023, a Semana Bem+Estar teve um enfoque reflexivo e inovador, através do tema "O que é importante para você?". Promovemos a união dos pilares de Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Diversidade e Inclusão, a fim de provocar reflexões sobre o bem-estar individual baseado no autocuidado, bem-estar coletivo, pelo despertar da consciência social e, do bem-estar do nosso planeta, ou seja, o legado que será deixado para as próximas gerações. Seguindo a linha da abordagem, optamos por ações mais enxutas e diretamente conectadas às temáticas a fim de não sobrecarregar as nossas pessoas colaboradoras. Realizamos uma campanha de divulgação das iniciativas, que contemplavam desde lives com especialistas nos temas até um reforço sobre importância da coleta de resíduos eletroeletrônicos em escritórios e lojas, a fim de engajar as nossas pessoas colaboradoras a realizarem o descarte dos seus equipamentos nos pontos de coleta disponíveis em nossas instalações. A Semana de Bem + estar também abordou temáticas como Prevenção ao Assédio, reforçando o Canal de Denúncia da empresa, e a Prevenção ao Suicídio, reforçando o Programa de Cuidado Contínuo que a empresa disponibiliza as suas pessoas colaboradoras.

■ **Ações de CyberSegurança:** Ao longo de 2023, promovemos uma série de ações que apoiam o aculturação da companhia em relação a importância de práticas de cybersegurança, a fim de difundir-las. Demos continuidade ao Programa de Security Champions, que tem como objetivo apoiar a disseminação do tema na TIM por meio da capacitação de colaboradores das áreas de Tecnologia e de Negócios, nos principais cenários de segurança para aumentar o nível de maturidade da companhia. Lançamos o curso obrigatório de Prevenção ao Phishing para todos as pessoas colaboradoras, a fim de apoiar na identificação de mensagens e e-mails com riscos associados a segurança pessoal e corporativa. Além disso, para fortalecer a temática em toda a organização, promovemos o CyberDay com objetivo de disseminar informações para gerar engajamento e conhecimento sobre os temas que envolvem CyberSegurança. O evento contou com a participação de 20 palestrantes, 1.871 participantes, chegando ao alcance de mais 6.000 participações online.

**4.3. Atração e Aquisição de Talentos**

Com base no plano estratégico e nas metas de inovação, a TIM reforçou o posicionamento de marca empregadora e lançou iniciativas para promover o desenvolvimento de competências digitais e habilidades tecnológicas para as pessoas da sociedade, melhorar a atração de talentos e aumentar a eficácia na aquisição profissional.

Em 2023 demos continuidade na contratação de profissionais aderentes às *new capabilities* para ocupar 71% das vagas trabalhadas em recrutamento, reforçando o compromisso com a aquisição de novas competências para garantir a continuidade na evolução do negócio. Trabalhamos também para evoluir na contratação de profissionais conforme a estratégia e metas corporativas de Diversidade e Inclusão na empresa. Para as vagas de liderança trabalhadas em recrutamento, tivemos a contratação de 44% de mulheres para ocupar essas posições, contribuindo nessa frente para atingimento da meta corporativa de mulheres na liderança em 36,2% em 2023. Na frente de Pessoas com deficiência contratamos em 2023 cerca de 20 profissionais em diferentes áreas da empresa para atingirmos o patamar de 85% da meta de contratação desse público. Além disso, desenhamos nossa estratégia de atração de talentos para os programas de entrada, sempre focados e atrair e desenvolver pessoas, baseados em requisitos relacionados às soft skills e com foco em atender os pilares de diversidade estabelecidos pela TIM.

■ **Programa de Estágio:** Em agosto de 2023, anunciamos a mais recente onda do Programa de Estágio TIM, com 122 vagas, distribuídas em 7 estados brasileiros estrategicamente destinadas à aquisição de talentos em diversas áreas, com foco predominante em competências relacionadas à inovação digital e evolução do negócio. Implementamos estratégias promocionais nas redes sociais que, em colaborações com influencers, renderam mais de 99 mil views, além de lives com mais de 2mil espectadores simultâneos. Realizamos também eventos presenciais e online em Universidades superando 25 mil interações com estudantes universitários e também tivemos ações de comunicação interna para que todos os colaboradores pudessem divulgar as oportunidades do Programa de Estágio. Todas essas ações resultaram em 13.301 inscrições, um aumento de 10% em comparação ao programa de 2022 e número recorde de inscrições em Programas de Estágio da TIM. O processo seletivo contou com uma etapa inicial de *assessment gamificado*, incorporando módulos de engajamento, fit cultural e raciocínio lógico, aprofundando a compreensão da cultura organizacional da TIM, suas curiosidades e inovações. Em consonância com as competências digitais, a fase seguinte envolveu uma experiência interativa em grupo, através de um Escape Room virtual, proporcionando às pessoas candidatas uma imersão nos diversos ambientes da TIM, como a área de People, Culture & Organization e o Laboratório de Inovação e Experimentação, o que permitiu aos participantes demonstrar habilidades como raciocínio lógico, colaboração em equipe, tomada de decisão, comunicação e liderança.

O Programa de Estágio continua a desempenhar um papel vital no fortalecimento da cultura de diversidade e inclusão da TIM. Este ano, superamos o desafio de atrair um público diversificado, refletindo uma representação de mais de 80% dos estagiários identificados em pelo menos um dos pilares de diversidade. No que diz respeito ao compromisso com o pilar racial, alcançamos um patamar de 57% das contratações sendo autodeclaradas pretas e pardas. Das pessoas contratadas, 47% são mulheres, e ao segmentar as mulheres pretas e pardas, esse índice sobe para 56%. No âmbito do pilar LGBTQ+, atingimos uma conquista notável, com 27% dos estagiários contratados, reafirmando as premiações de diversidade recebidas pela TIM ao longo do ano. Além disso, o programa não atrai apenas jovens talentos, mas também acolheu 6,6% de estagiários com 30 anos ou mais. Durante o programa, os estagiários participam de uma jornada de desenvolvimento diversificada e personalizada, com cursos online e presenciais em diferentes negócios, proporcionando aos participantes a oportunidade de aprimorar habilidades essenciais para alcançar nossos resultados. O Programa de Estágio solidifica o compromisso contínuo da TIM com a excelência, diversidade e inovação.

■ **Programa Jovem Aprendiz:** em 2023, iniciamos um banco de talentos na Gupy que já acumula mais de 5k inscritos para as oportunidades de Jovem Aprendiz da TIM. Um desafio adicional foi a internalização do processo seletivo dessas vagas, o que gerou uma economia de mais de 80 mil reais em custos de recrutamento, além de garantir um processo seletivo mais alinhado à cultura da empresa. Contratamos 180 pessoas entre 19 e 24 anos em todo o país, que iniciaram sua carreira profissional na TIM. Nesse número, 64% são mulheres e 46% se autodeclarou preto ou pardo. O programa tem forte impacto social e é voltado principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Realizamos parcerias com instituições do terceiro setor que reforçam essa premessa, tais como o PROEA e a consolidação do Pacto de Empregabilidade entre o Cêú e a Favela. A jornada desse grupo tem teoria e prática, com vagas disponíveis em áreas administrativas e lojas. Durante a jornada de desenvolvimento, os aprendizes têm a oportunidade de aprender habilidades básicas que os ajudaram a iniciar sua carreira profissional e se preparar para desafios futuros. Nesse ano, 19 jovens tiveram a oportunidade de ingressar em outros cargos em diversas áreas.

Nas práticas de recrutamento, em 2023 finalizamos a implementação do novo ATS (*Applicant Tracking System*) para vagas de Lojas e Call Center que trouxe recursos mais inteligentes baseadas em dados e inteligência artificial para aumentar a agilidade e assertividade nos processos de recrutamento, além de melhorar usabilidade e experiência mais positiva para as pessoas candidatas e os(as) gestores(as) durante a jornada de Recrutamento e Seleção. Tivemos mais de 1,1 milhão de visualizações nas plataformas de atração de talentos (LinkedIn, Vagas.com, Gupy e Success Factors).

**4.4. Diversidade e Cultura Inclusiva**

Em 2019 foi estabelecida uma gerência dedicada ao tema de Diversidade e Inclusão, como parte da diretoria de People, Culture & Organization. A área, recentemente renomeada para Cultural Education & Inclusion Management, tem a missão de assegurar a evolução da cultura inclusiva da companhia, por meio da construção, implementação e gerenciamento de políticas, projetos e programas essenciais para a construção de um ambiente de trabalho que contribua para a valorização da diversidade e promoção da inclusão, na TIM e na



- Diversa B3: A TIM é a única telco listada no novo índice da B3, o primeiro da América Latina a considerar critérios de gênero e raça e reconhece empresas que promovam maior representatividade de grupos como mulheres, pessoas negras e indígenas no mercado
- Selo Equidade BR: A TIM foi reconhecida pela Human Rights Campaign Foundation por garantir uma experiência de trabalho inclusiva para colaboradores e colaboradores LGBTQIA+.
- A empresa foi a única do setor de telecomunicações apontada entre os melhores ambientes para pessoas LGBTQIA+ a trabalhar, recebendo o selo Equidade BR, promovido no Brasil pelo Instituto +Diversidade e o Fórum de Empresas e Direitos LGBT+
- Bloomberg (GEI): 1ª colocada da América Latina no Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg e 7ª colocada entre as 484 empresas reconhecidas
- Pesquisa Ethos/Epoca de Diversidade e Inclusão: a TIM está entre as empresas reconhecidas pela Pesquisa de Diversidade do Instituto Ethos em parceria com a Revista Época Negócios como uma das 72 empresas com melhor desempenho em D&I. Além disso, é destaque na categoria prata setorial Telecomunicações
- Índice GPTW B3: passa a integrar outras das empresas com melhor ambiente para se trabalhar e que têm ações negociadas na bolsa brasileira

4.5. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo, "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e aqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (performance shares e / ou restricted shares). Estes podem ser concedidos a todos os participantes da emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico/financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: EBITDA After Lease (-) CAPEX e Total Shareholder Return) e indicadores ESG - Environmental, Social & Governance (exemplo: % de mulheres em posição de liderança, % de negros em cargos de liderança, % eficiência e redução de resíduos sólidos), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência dos Planos 2018-2020 e 2021-2023 possuem a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento ao participante do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração e Estatuto Social da Companhia.

Os Planos vigentes estão sujeitos a Política Clawback (Recuperação) em que se considera a devolução do pagamento, total ou parcial, obtido como efeito de comportamento fraudulento, má conduta atribuída e/ou erro, sem o qual o objetivo não teria sido atingido ou teria sido atingido em menor nível.

Essa política poderá ser aplicada nos três anos seguintes à apuração ou desempenho da premiação objeto desta ação ou ao final, o que for mais antigo. A Política de Clawback pode ser acionada ainda que o respectivo Participante tenha, à data da decisão de outorga, interrompido - por qualquer motivo, incluindo a aposentadoria - a relação laboral com a Companhia.

A ativação da Política de Clawback não exclui o direito da Companhia à indenização por quaisquer danos adicionais, nem de forma alguma exclui a possibilidade de novas iniciativas, tais como medidas disciplinares, rescisão e/ou qualquer outra ação legal que seja permitida e prevista em conformidade com a legislação em vigor. Nesse sentido, a possibilidade de sua ativação é um elemento adicional e não um substituto para outras ações que podem ser acionadas pela Companhia.

Para maiores esclarecimentos acerca dos planos de incentivo de Longo Prazo da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, ver nota Explicativa 27, constante das Demonstrações Financeiras da Companhia.

► 5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia, e ao longo de 2023, a TIM reafirmou seu compromisso de investir buscando aprimoramento constante de seus serviços e melhoria contínua da qualidade, buscando oferecer sempre uma melhor experiência de uso para seus usuários.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de refarming expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando maior eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM manteve o projeto de ampliação dos Biotests, chegando ao final de 2023 com 1.858 biosites ativos. Os Biosites são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de big data, a Companhia segue numa constante evolução de seus ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, se tornando a primeira operadora a cobrir 100% da população urbana brasileira, com a tecnologia 4G em 5.570 cidades, tornando-nos a primeira e única empresa a oferecer serviços de internet presente em todas as cidades do Brasil. No Brasil, a conectividade 4G continua prevalecendo em todo o país.

Durante 2023, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. Nesse sentido, ampliamos a cobertura 5G por todo país, atingindo 209 cidades no Brasil, permitindo o crescimento do tráfego por meio de uma nova rede de acesso, mais rápida e eficiente. Para as principais cidades (Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e para o serviço 5G presente em 100% das cidades, além da camada de acesso, aumentamos o backhaul óptico (FTTS - Fiber To The Site) através de novas implantações ou parceria estratégica com Operadoras Neutras, incrementando mais de 2.000 sites conectados à fibra. Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 2.969 cidades em 2023;
- Expansão do uso de 4G na frequência de 700MHz, presente em 4.646 municípios ao final de 2023;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 5.470 cidades;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhoria na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

RS milhões	DESCRIÇÃO	2023	2022	%A/A
	<b>Cidades 4G</b>	<b>5.570</b>	<b>5.370</b>	<b>3,7%</b>
	das quais 700 MHz habilitadas	4.646	4.515	2,9%
	das quais VoLTE habilitadas	5.470	5.292	3,6%
	<b>População Urbana Coberta (4G)</b>	<b>99,9%</b>	<b>99,9%</b>	<b>0,8 p.p.</b>
	das quais 700 MHz habilitadas	96,6%	95%	0,5 p.p.
	das quais VoLTE habilitadas	100%	99%	1,4 p.p.
	<b>Cidades 5G</b>	<b>209</b>	<b>27</b>	<b>674,1%</b>
	Cidades 4.5G	2.969	1.922	7,6%
	Cidades 3G	4.157	4.132	0,6%
	<b>População Urbana Coberta (3G)</b>	<b>99,9%</b>	<b>99,9%</b>	<b>0,8 p.p.</b>
	<b>Biosites</b>	<b>1.858</b>	<b>1.829</b>	<b>1,6%</b>
	<b>SKY Coverage (n° sites)</b>	<b>1.763</b>	<b>1.566</b>	<b>12,6%</b>
	<b>Massive MIMO (n° sites)**</b>	<b>2.540</b>	<b>2.495</b>	<b>1,8%</b>
	<b>Homes passed**</b>	<b>10.788</b>	<b>6.060</b>	<b>89,8%</b>
	FTTH	10.788	4.888	140,4%
	FTTC	3.069	3.021	1,6%
	<b>Cidades Cobertas com Banda Larga</b>	<b>131</b>	<b>41</b>	<b>219,5%</b>
	FTTH	131	41	219,5%
	FTTC	5	5	0%
	<b>FTTCity (n° cidades)</b>	<b>1.537</b>	<b>1.398</b>	<b>9,9%</b>

5.2. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios. Graças a um aumento substancial em termos de alcance e disponibilidade do 5G, a TIM levou cinco prêmios da Opensignal selo global independente em análise da experiência móvel dos consumidores, tendo sido laureada nas categorias: Video Experience e Live Video Experience, 5G Video Experience e 5G Live Video Experience, além de Availability, 5G Availability e Consistent Quality.

► 6. Desempenho Operacional

RS milhões	DESCRIÇÃO	2023	2022	% A/A
	<b>Base Móvel de Clientes ('000)</b>	<b>61.248</b>	<b>62.485</b>	<b>-2,0%</b>
	Pré-Pago	33.634	35.240	-4,6%
	Pós-Pago	27.614	27.245	1,4%
	Pós-Pago Humano	22.580	22.921	-1,5%
	Base de Usuários 4G ('000)	52.783	54.963	-4,0%
	Base de Usuários 5G ('000)	24.207	24.827	-2,5%
	<b>Market share</b>	<b>34,0%</b>	<b>31,5%</b>	<b>2,5 p.p.</b>
	Pré-Pago	31,4%	31,5%	-0,1 p.p.
	Pós-Pago	18,6%	19,4%	-0,8 p.p.
	Pós-Pago Humano	21,4%	22,7%	-1,3 p.p.
	<b>Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)</b>	<b>802</b>	<b>716</b>	<b>12,1%</b>
	FTTH	719	549	31,0%
	FTTC	84	167	-49,9%

6.1. Segmento Móvel

Após o final de 2023, a TIM somou 61,2 milhões de usuários móveis, redução de 2,0% A/A. A redução reflete um movimento combinado de crescimento da base do Pós-pago, atingindo 27,6 milhões de acessos (+1,4% A/A) e representando 45% da base móvel total, com recuo da base do Pré-pago, atingindo 33,6 milhões de acessos (-4,6% A/A). Já a base do Pós-pago Humano (excluindo M2M) atingiu 22,6 milhões de acessos (-1,5% A/A), com a base Machine-to-Machine ("M2M") chegando a 5,0 milhões de acessos (+16,4% A/A).

6.2. Segmento Fixo

A base de clientes da TIM UltraFibra atingiu 802 mil conexões ao final de 2023, acelerando o ritmo de crescimento anual (+12,1%). No ano, o número de adesões líquidas na ultra banda larga da TIM totalizou 86,4 mil novos usuários, superando em aproximadamente 3x o número registrado no ano anterior (+176,6% A/A). Já a transição de clientes para a fibra também continua sua trajetória de evolução consistente: ao final do ano, a base de FTTH expandiu 31,0% A/A.

► 7. Desempenho Financeiro

7.1. Receita Operacional

RS milhões	DESCRIÇÃO	2023	2022	% A/A
	<b>Receita Líquida</b>	<b>23.834</b>	<b>21.531</b>	<b>10,7%</b>
	<b>Receita de Serviços</b>	<b>23.071</b>	<b>20.829</b>	<b>10,8%</b>
	<b>Serviço Móvel</b>	<b>21.780</b>	<b>19.594</b>	<b>11,2%</b>
	Gerada pelo Cliente	20.228	18.002	12,4%
	Interconexão	426	450	-5,5%
	Plataforma de Clientes	162	188	-13,8%
	Outras Receitas	964	954	1,0%
	<b>Serviço Fixo</b>	<b>1.291</b>	<b>1.234</b>	<b>4,6%</b>
	dos quais TIM UltraFibra	874	797	9,7%
	<b>Receita de Produtos</b>	<b>763</b>	<b>702</b>	<b>8,7%</b>

Ao final de 2023, a Receita Líquida Total atingiu R\$ 23.834 milhões, ante R\$ 21.531 milhões em 2022, um crescimento de 10,7% A/A, sustentada pela dinâmica positiva em todas as linhas: (i) a Receita de Serviços Móveis expandiu 11,2% fruto de combinação de crescimento de receita (média mensal por usuário), migração dos clientes para planos de mais alto valor, foco na experiência do cliente e impacto da receita vinda dos clientes da Oi Móvel que foi incorporada a partir de Maio; (ii) Receita da TIM UltraFibra sustentando o ritmo de crescimento, 9,7% A/A e (iii) Receita de Produtos crescendo 8,7% A/A, em linha com a priorização por aparelhos de maior valor.

► Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 11,2% A/A atingindo R\$ 21.780 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O ARPU atingiu R\$ 29,5 no ano de 2023, representando uma alta de 13,1%. Esse resultado novamente reforça o foco da TIM na busca por uma maior monetização de sua base de clientes em linha com sua estratégia. Detalhando o desempenho de cada segmento móvel em 2023:

(i) Em 2023, a Receita do Pré-pago aumentou 10,5% A/A, tendo como principal motor um ambiente mais racional e a chegada da receita vinda dos clientes da Oi Móvel. Neste contexto, o ARPU anual expandiu 12,8% A/A.

(ii) Em 2023, a Receita do Pós-pago aumentou 11,8% A/A e o ARPU cresceu 13,6% A/A. O desempenho é explicado pelos seguintes motivos: (i) mudança nas ofertas com ajuste de tarifas sobre parcela relevante da base do Pós-pago, impactando clientes do Controle a partir de abril e dos demais planos e (ii) pelo desempenho positivo da migração dos clientes para planos de maior valor; e (iii) uma melhor gestão por parte da Companhia de sua base de clientes, aprimorando o atendimento, controlando e reduzindo os níveis de desconexões.

A Receita de Interconexão (ITX) apresentou redução de 5,5% A/A, como consequência de um menor tráfego entrante no período.

A Receita de Plataforma de Clientes, somou R\$ 162 milhões em 2023, que teve uma desaceleração já esperada como consequência da revisão do modelo de negócios desta linha, cuja estratégia segue sendo concretização de novas parcerias com ofertas exclusivas – como o acordo com o Cartão de TODOS, durante o segundo semestre.

A linha de Outros Serviços registrou no ano um crescimento de 1,0% A/A em decorrência de um aumento de receitas relacionadas a contratos de compartilhamento de rede e em serviços de IoT.

► Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

Em 2023, a Receita do segmento fixo cresceu 4,6% A/A.

A TIM UltraFibra, principal linha de receita do fixo manteve o seu ritmo com crescimento de 9,7% A/A para 2023, e o ARPU atingiu R\$ 94,0.

A Companhia mantém sua expansão de cobertura seletiva de forma garantir maior rentabilidade com foco na fibra.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

RS milhões	DESCRIÇÃO	2023	2022	% A/A
	<b>Custos e Despesas da Operação</b>	<b>(12.214)</b>	<b>(11.466)</b>	<b>6,5%</b>
	Pessoal	(1.380)	(1.278)	7,9%
	Comercialização	(3.896)	(3.891)	0,1%
	Rede e Interconexão	(4.035)	(3.660)	10,2%
	Gerais e Administrativos	(896)	(907)	-1,2%
	Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(1.034)	(871)	18,7%
	Provisão para Devedores Duvidosos	(640)	(626)	2,2%
	Outras receitas (despesas) operacionais	(332)	(232)	43,3%

Os Custos e Despesas Operacionais atingiram R\$ 12.214 milhões em 2023, aumento de 6,5% A/A, resultado de uma maior carga de despesas nas linhas de rede e interconexão, em grande medida afetada, principalmente, pelos serviços de roaming internacional, e por custos mais elevados com produtos vendidos e outros fatores como: (i) maiores custos com pessoal, em razão de reajustes salariais e participação dos colaboradores nos resultados e (ii) maiores despesas relacionadas à contingências de natureza civis e fiscais.

► Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

A linha de Pessoal alcançou R\$ 1.380 milhões em 2023, apresentando uma alta de 7,9% na comparação anual. Essa conta foi impactada por: (i) efeitos inflacionários sobre salários, bonificações e incentivos e (ii) pelos efeitos relativos à provisão da participação dos colaboradores nos resultados da Companhia.

Em 2023, a linha de Comercialização praticamente manteve-se estável (+0,1% A/A) quando comparado à 2022, impactada pelos gastos com TSA entre janeiro e abril, porém beneficiada pelo reconhecimento de créditos de Fistel no 2T23.

Em 2023, o crescimento da linha de Rede e Interconexão atingiu +10,2% A/A, tendo como principais fatores: (i) despesas mais elevadas com serviços de roaming internacional com a inclusão de novos pacotes nas ofertas de pós-pago (reflexo do aumento do volume de tráfego); e (ii) maior nível de despesas com provedores de conteúdo de VAS (reflexo do aprimoramento das ofertas). Além disso, contribuiu para esse resultado um custo mais elevado com manutenção da rede e com contratos de compartilhamento de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) apresentaram uma queda de 1,2%, em relação ao mesmo período de 2022. Esta redução é explicada, principalmente, por: (i) menores gastos relacionados a serviços especializados; e (ii) menores na rubrica multas. Esses efeitos foram contrabalançados por um aumento na linha de Serviços de Manutenção.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) somaram de R\$ 1.034 milhões, com alta de 18,7% A/A, acompanhando a evolução da Receita de Produtos ao longo do ano, e, além disso como reflexo de um esforço maior por parte da TIM na fidelização de seus clientes, e melhoria da qualidade dessas fidelizações, e de sua estratégia de focar em aparelhos de mais alto valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) fecharam 2023 em R\$ 640 milhões, alta de 2,2% na comparação anual, devido a uma base maior pós-paga como consequência da adição dos clientes vinda da Oi, além de um ajuste nos critérios e substituição de um dos operadores de cobrança.

Outras Despesas (Receitas) operacionais totalizaram R\$ 332 milhões de despesas, aumentando o saldo dessa linha quando comparado ao ano de 2022. Esta movimentação é explicada pelo efeito do reconhecimento de contabilização do acordo do preço de ajuste de fechamento dos ativos móveis da Oi.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

RS milhões	DESCRIÇÃO	2023	2022	% A/A
	<b>Reportado (R\$ milhões)</b>	<b>11.620</b>	<b>10.065</b>	<b>15,4%</b>
	EBITDA Ajustado	48,8%	46,7%	2,0 p.p.
	Margem EBITDA Ajustado	(89)	(62)	45,0%
	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>11.834</b>	<b>9.987</b>	<b>18,5%</b>
	Receitas/Despesas Não Recorrentes	303	(16)	n.a.
	EBITDA	11.834	9.987	18,5%
	Margem EBITDA	48,8%	46,7%	2,0 p.p.
	Depreciação & Amortização	(7.117)	(6.827)	4,3%
	Imposto de Renda e Cont. Social Reportado	(5.201)	(4.970)	4,6%
	Amortização	(1.916)	(1.857)	3,2%
	<b>EBIT Reportado</b>	<b>4.717</b>	<b>3.160</b>	<b>49,3%</b>
	Margem EBIT	18,9%	14,9%	5,1 p.p.
	<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.478</b>	<b>1.842</b>	<b>-6,6%</b>
	Despesas financeiras	(2.768)	(2.763)	0,2%
	Receitas financeiras	1.240	1.319	-6,0%
	Variações cambiais, líquidas	(7)	5	-24,0%
	<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>3.184</b>	<b>1.721</b>	<b>85,0%</b>
	Imposto de Renda e Cont. Social Reportado	(1.347)	(50)	99,1%
	<b>Lucro Líquido Reportado</b>	<b>2.837</b>	<b>1.671</b>	<b>69,8%</b>

► DIVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida	EMISSIONS	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
RS milhões							
	KFW Finvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	99	26	124
	BNP	USD	1,4748% a.a.	04/24	485	-	485
	Sant'Paribas	USD	7,0907% a.a.	01/24	515	-	515
	Debentures	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	06/28	(2)	1.862	1.860
	BNDES Fimame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	7	386	392
	BNDES Fimem	BRL	T.JLP + 1,95% a.a.	08/25	113	75	188
		BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	50	156	206
	<b>Dívida Financeira Total</b>				<b>1.267</b>	<b>2.504</b>	<b>3.771</b>
	Licença (5G)	BRL	Selic.	12/40	59	893	953
	<b>Dívida Total Antes do Lease</b>				<b>1.326</b>	<b>3.397</b>	<b>4.724</b>
	Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (12,38% a.a.)	10/29	1.779	10.242	12.020
	<b>Dívida Total</b>				<b>3.105</b>	<b>13.639</b>	<b>16.744</b>

\*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

RS milhões	DESCRIÇÃO	4T23	3T23	2T23	1T23
	<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>1.267</b>	<b>2.278</b>	<b>2.171</b>	<b>1.815</b>
	<b>Dívida de Longo Prazo</b>	<b>2.504</b>	<b>2.559</b>	<b>2.619</b>	<b>3.135</b>
	<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>3.771</b>	<b>4.837</b>	<b>4.790</b>	<b>4.950</b>
	Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.036)	(4.446)	(3.339)	(3.881)
	Derivativos Líquidos-ex C6	(65)	74	70	135
	<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>(1.331)</b>	<b>465</b>	<b>1.521</b>	<b>1.205</b>
	Licença (5G)	953	984	953	924
	<b>Dívida Líquida AL</b>	<b>(378)</b>	<b>1.449</b>	<b>2.475</b>	<b>2.129</b>
	Lease Total				



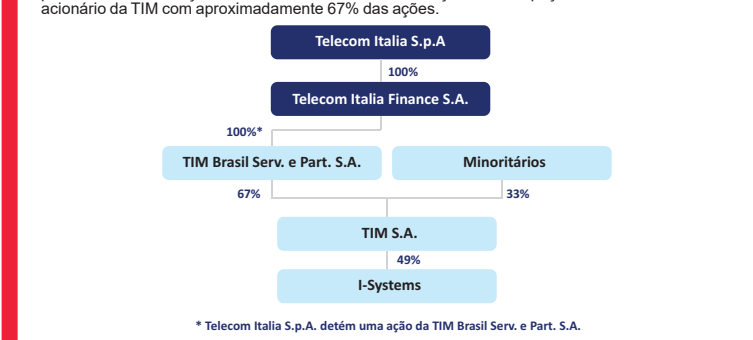
**9.6. Comitê de Auditoria Estatutário**  
 O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.  
 O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US Securities and Exchange Commission – SEC. Em 2023, o CAE se reuniu 18 (dezoito) vezes no exercício de suas funções. Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2023”). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**9.7. Comitê de Controle e Riscos**  
 O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2023, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2023, o CCR se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

**9.8. Comitê de Remuneração**  
 O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de raleio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente. Ao longo de 2023, o CR se reuniu 6 (seis) vezes no exercício de suas funções.

**9.9. Comitê de Environmental, Social & Governance**  
 O Comitê de Environmental, Social & Governance (CESG), é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de Environmental, Social & Governance, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2023, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2023, o CESG se reuniu 3 (três) vezes no exercício de suas funções.

**9.10. Estrutura Acionária**  
 A Companhia encerrou 2023 com capital social no montante de R\$ 13.877.490.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



\* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>		55.260.156	52.925.205	56.408.367	54.024.415
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.404.292	9.828.112	10.364.415	10.364.415
Títulos e valores mobiliários	5	1.958.490	2.190.635	2.190.635	-
Contas a receber de clientes	6	3.709.766	3.739.452	3.421.094	-
Estoques	7	331.783	236.117	236.117	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	494.382	361.349	361.349	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	943.767	820.338	831.661	-
Despesas antecipadas	10	238.468	198.506	278.851	-
Instrumentos financeiros derivativos	37	299.539	239.189	239.189	-
Arrendamentos	17	29.886	30.643	30.643	-
Outros valores a compensar	18	80.963	26.519	26.519	-
Outros ativos	13	239.218	200.264	199.644	-
<b>Não Circulante</b>		43.855.863	43.097.083	46.043.952	46.043.952
<b>Realizável a longo prazo</b>		4.368.195	4.579.313	5.426.136	5.426.136
Títulos e valores mobiliários	5	12.949	12.929	12.929	-
Contas a receber de clientes	6	199.007	238.683	238.683	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	218.897	517.878	517.878	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	874.539	889.472	895.408	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	1.257.494	526.700	1.367.586	-
Depósitos judiciais	11	689.739	1.377.560	1.377.560	-
Despesas antecipadas	10	138.937	80.258	80.258	-
Instrumentos financeiros derivativos	37	507.873	662.433	662.433	-
Arrendamentos	17	206.455	208.003	208.003	-
Outros ativos financeiros	12	216.721	-	-	-
Outros ativos	13	45.584	65.397	65.398	-
Investimento	14	1.450.812	5.739.739	1.540.116	-
Imobilizado	15	22.411.815	19.775.260	22.661.152	-
Intangível	16	15.625.041	13.002.781	16.416.548	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros		Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				para expansão	JSCP adicionais						
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	13.477.891	408.602	1.250.448	7.540.020	600.000	2.124.411	(163)	-	(3.844)	-	25.397.365
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.837.422	2.837.422	531
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.837.422	2.837.422	531
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	531
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.837.422	2.837.422	531
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo	-	(24.291)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.291)
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	-	(2.821)	-	-	(2.821)
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	129.979	-	-	-	-	-	(129.979)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.600.000)	(1.600.000)	-
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 26)	-	-	-	-	-	-	237.828	-	(237.828)	-	-
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos (nota 26)	-	-	-	(1.910.000)	1.310.000	-	-	-	-	-	-
Distribuição da reserva para expansão (nota 26)	-	-	-	1.469.615	(600.000)	-	-	-	-	-	-
Dividendos não reclamados (nota 26)	-	-	-	7.734	-	-	-	-	-	7.734	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(24.291)	129.979	(432.651)	710.000	237.828	(2.821)	-	(2.837.422)	(2.219.378)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	13.477.891	384.311	1.380.427	7.107.369	1.310.000	2.362.239	(2.984)	(3.313)	-	26.015.940	25.397.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros		Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				para expansão	JSCP adicionais						
<b>Saldos 01 de janeiro de 2022</b>	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	-	1.958.301	-	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	441	1.670.755	441
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	441	1.670.755	441
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	441
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	441	1.670.755	1.671.196
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo	-	6.796	-	-	-	-	-	-	-	6.796	6.796
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	-	4.694	-	-	4.694
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	75.233	-	-	-	-	-	(75.233)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.400.000)	(1.400.000)	-
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 26)	-	-	-	-	-	-	166.110	-	(166.110)	-	-
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos (nota 26)	-	-	-	(570.586)	600.000	-	-	-	(249.112)	-	-
Dividendos não reclamados (nota 26)	-	-	-	7.573	-	-	-	-	-	7.573	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	6.796	75.233	(563.015)	600.000	166.110	4.694	-	(1.670.755)	(1.380.937)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	13.477.891	408.602	1.250.448	7.540.020	600.000	2.124.411	(163)	(3.844)	-	25.397.365	25.397.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas</b>				
Receita operacional bruta	33.491.945	28.650.398	33.530.346	29.713.383
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(620.667)	(585.699)	(639.692)	(626.218)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(6.038.568)	(3.701.149)	(6.039.172)	(3.711.240)
Insuamos adquiridos de terceiros	26.832.710	24.363.550	26.851.482	25.375.925
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.431.498)	(3.726.974)	(3.968.083)	(3.482.166)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.525.465)	(3.572.677)	(3.596.819)	(3.810.770)
Retenções	(7.956.963)	(7.299.651)	(7.596.962)	(7.292.936)
Depreciação e amortização	(6.897.402)	(5.865.706)	(7.117.029)	(6.827.175)
Valor adicionado líquido produzido	11.978.345	11.198.193	12.169.551	11.255.814
Valor adicionado recebido em transferência	64.083	(553.752)	(89.304)	(61.587)
Resultado de equivalência patrimonial	1.413.039	1.408.569	1.433.788	1.460.016
Recargas financeiras	1.477.122	854.177	1.344.484	1.398.429
Valor adicionado total a distribuir	13.455.467	12.053.010	13.514.035	12.654.243
Distribuição do valor adicionado				
Passivo e encargos	788.411	741.769	788.411	741.769
Remuneração de terceiros	241.951	208.513	241.951	208.513
Juros	76.718	69.252	76.718	69.252
F.G.T.S	38.653	40.268	38.653	40.268
Outros	1.145.733	1.059.802	1.145.733	1.059.802
Impostos, taxas e contribuições	2.529.923	2.258.722	2.675.491	2.358.409
Federais	2.660.723	3.217.298	2.665.423	3.416.745
Estaduais	5.665	96.950	5.345	97.683
Municipais	5.196.311	5.572.970	5.346.259	5.872.837
Remuneração de Capitais de Terceiros	3.054.465	2.598.942	2.962.390	2.895.837
Juros	1.213.380	1.144.754	1.214.075	1.149.225
Aluguéis	4.267.845	3.743.696	4.176.465	4.045.062
Outros	8.156	5.787	8.156	5.787
Investimento social	8.156	5.787	8.156	5.787
Remuneração de Capital Próprio	1.600.000	1.400.000	1.600.000	1.400.000
Dividendos e JCP	1.237.422	270.755	1.237.422	270.755
Lucros retidos	2.837.422	1.670.755	2.837.422	1.670.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**9.11. Política de Dividendos**

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital. A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária. A tabela abaixo resume todos os pagamentos, a título de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”) realizados pela TIM S.A. ao longo de 2023:

Data de Aprovação	Data de Pagamento	Data Ex-Direito	Natureza	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
19/04/2023	09/05/2023	25/04/2023	JSCP	R\$ 0,095010222	R\$ 230.000.000
12/06/2023	25/07/2023	22/06/2023	JSCP	R\$ 0,119795497	R\$ 290.000.000
18/09/2023	23/10/2023	21/09/2023	JSCP	R\$ 0,175576373	R\$ 425.000.000
06/12/2023	23/01/2024	21/12/2023	JSCP	R\$ 0,270594175	R\$ 655.000.000
<b>Total</b>					<b>R\$ 1.600.000.000</b>

Desse modo, a TIM declarou um montante total de R\$ 1,6 bilhão de JCP em 2023. Adicionalmente, serão propostos dividendos adicionais complementares referidos ao exercício de 2023, no valor de R\$ 1.310 bilhão, a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

**9.12. Eventos do Exercício e Subsequentes**

**ACORDO REFERENTE AO PREÇO DE FECHAMENTO AJUSTADO DE AQUISIÇÃO DOS ATIVOS MÓVEIS DA OI**

No dia 4 de outubro de 2023, a TIM S.A. comunicou ao mercado que o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao ajuste pós-fechamento (conforme definido em contrato), celebrado, de um lado, entre a Companhia, a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A., e de outro, a OI S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao ajuste pós-fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o ajuste pós-fechamento negociado no acordo, foi R\$



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

**1.1. Estrutura societária**

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2023 (66,59% em 31 de dezembro de 2022).

O grupo TIM ("Grupo") é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems. A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multímídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de demonstrações financeiras nos idiomas português e inglês. Em 31 de dezembro de 2023, a TIM detém participação societária de 43% (43% em 31 de dezembro de 2022) na companhia I-Systems (coligada) e detinha 100% em 31 de dezembro de 2022 na empresa Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A ("Cozani") – controlada. Considerando que a incorporação, pela TIM, por meio do Ato n.º 3.535/2023, o qual transferiu as outorgas do SMP a ela associadas, e a sua consequente extinção, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 31 de dezembro de 2023.

**1.2. Reorganização societária**

**1.2.1. Combinação de negócios Cozani**

Em 14 de abril de 2022, a TIM, a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. ("Compradoras") entregaram a Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Vendedora", "Cedente" ou "Oi Móvel") a notificação de fechamento relativa ao processo de aquisição dos ativos móveis da Vendedora, a partir das aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), mediante assinatura de Acordo em Controle de Concentrações, já transitada em julgado, e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), considerando que a Oferta deveria ser disponível por até 06 (seis) meses contados de sua publicação ou dispensadas pelas Compradoras, conforme o caso, todas as condições precedentes contratuais. Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas Compradoras, após o cumprimento dos condicionamentos prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição, passando a TIM, a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

Vale mencionar que, dentre eles, em 19 de abril de 2022, a TIM disponibilizou a Oferta de Referência para a publicação dos Atos nº 4.949/2022, 4.950/2022 e 4.951/2022, a qual, após os ajustes determinados pela Área Técnica da Anatel, foi submetida no Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado – SNOA, tendo sido aprovada tal submissão em 21 de setembro de 2022.

Alguns aspectos da ORPA de Roaming foram objeto de Recusos, que já foram apreciados pelo Conselho Diretor da Anatel. Diante disso, a TIM promoveu os ajustes devidos, pelo que, em 22 de novembro de 2023, houve o atesto do condicionamento correspondente à submissão da referida Oferta.

Também em 19 de abril de 2022, a TIM disponibilizou a Oferta de Referência destinada a Operadoras de Rede Móvel Virtual, a qual foi aprovada, pela Anatel, em 26 de setembro de 2022. Alguns dos termos dessa Oferta foram igualmente objeto de Recursos, os quais já foram deliberados pelo Conselho Diretor da Anatel. Da mesma forma, após promover os ajustes determinados, a Agência, em 09 de novembro de 2023, atestou o cumprimento do condicionamento correspondente à submissão da referida Oferta.

Em 4 de julho de 2022, a TIM disponibilizou, de forma independente, ofertas públicas para alienação de até 50% das Estações Rádio Base ("ERBs") adquiridas da Oi Móvel ("Ofertas Públicas de ERBs"), considerando que a Oferta deveria ser disponível por até 06 (seis) meses contados de sua publicação para manifestação de potenciais interessados, devendo ser prorrogada por 2 (dois) meses adicionais em caso de inexistência de interessados, o prazo em questão para a obrigação de sua disponibilização se encerrou no dia 23 de fevereiro de 2023, sem que tenha havido qualquer aquisição por eventuais interessados. Desta forma, a Oferta foi retirada do site da TIM.

Em 5 de julho de 2022, TIM e Oi Móvel assinaram Carta de Intenção visando garantir a manutenção e continuidade dos serviços móveis prestados na Estação Antena comandadas Fraziz – EACF até o término da vigência da Oferta de Referência de MVNO, a qual foi aprovada, pela Anatel, em 26 de setembro de 2022. Alguns dos termos dessa Oferta foram igualmente objeto de Recursos, os quais já foram deliberados pelo Conselho Diretor da Anatel. Da mesma forma, após promover os ajustes determinados, a Agência, em 09 de novembro de 2023, atestou o cumprimento do condicionamento correspondente à submissão da referida Oferta.

Em 4 de julho de 2022, a TIM disponibilizou, de forma independente, ofertas públicas para alienação de até 50% das Estações Rádio Base ("ERBs") adquiridas da Oi Móvel ("Ofertas Públicas de ERBs"), considerando que a Oferta deveria ser disponível por até 06 (seis) meses contados de sua publicação para manifestação de potenciais interessados, devendo ser prorrogada por 2 (dois) meses adicionais em caso de inexistência de interessados, o prazo em questão para a obrigação de sua disponibilização se encerrou no dia 23 de fevereiro de 2023, sem que tenha havido qualquer aquisição por eventuais interessados. Desta forma, a Oferta foi retirada do site da TIM.

Em 5 de julho de 2022, TIM e Oi Móvel assinaram Carta de Intenção visando garantir a manutenção e continuidade dos serviços móveis prestados na Estação Antena comandadas Fraziz – EACF até o término da vigência da Oferta de Referência de MVNO, a qual foi aprovada, pela Anatel, em 26 de setembro de 2022. Alguns dos termos dessa Oferta foram igualmente objeto de Recursos, os quais já foram deliberados pelo Conselho Diretor da Anatel. Da mesma forma, após promover os ajustes determinados, a Agência, em 09 de novembro de 2023, atestou o cumprimento do condicionamento correspondente à submissão da referida Oferta.

Em 20 de outubro de 2022, a TIM publicou Ofertas destinadas a viabilizar a celebração de Contrato de Exploração Industrial de Rede ("Oferta – Exploração Industrial de Rede") e de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência ("Oferta – Radiofrequência"), nos termos definidos pelo ACC (Acordo em Controle de Concentrações) firmado com o CADE. As ofertas em questão, foram publicadas no site da TIM e apresentadas ao CADE na mesma data, dentro do prazo estabelecido pelo ACC (até 6 meses do Fechamento), e deverão ficar disponíveis por 36 meses.

Em 20 de dezembro de 2022, a TIM publicou ofertas destinadas a viabilizar a celebração de Contrato de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência 900 MHz, tendo por objeto as radiofrequências adquiridas da Oi Móvel na referida faixa de frequência ("Oferta – Radiofrequência 900 MHz"), nos termos definidos pelo ACC firmado com o CADE. As ofertas em questão, foram publicadas no site da TIM e apresentadas ao CADE na mesma data, dentro do prazo estabelecido pelo ACC (até 6 meses do Fechamento), e deverão ficar disponíveis por 36 meses.

O ACC aguarda atesto de cumprimento pelo CADE.

O total de contraprestação registrada pela aquisição da Cozani era de R\$ 7.211,6 milhões. A TIM também pagou, em 20 de abril de 2022, em nome da Cozani, o valor de R\$ 250,7 milhões a Vendedora, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição, registrado na rubrica de "Despesas antecipadas" e assinou um termo de contrato anual de utilização de capacidade de infraestrutura de transporte com a Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., envolvendo o pagamento de valores decrescentes que, a valor presente, totalizam aproximadamente R\$ 476 milhões. Dos valores acordados de compra, linhamos os seguintes saldos registrados como obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2022:

(i) O montante de R\$ 634,3 milhões de reais foi retido pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de prazo a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. Conforme fato relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, em consequência das divergências entre ambas as partes, o contrato de compra foi rescindido e o valor remanescente foi resgatado pela Vendedora como parte do preço de compra da LUPi Ativos Móveis atribuída à Companhia. Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, conforme divulgado em nota 30.

O montante correspondente a metade do valor depositado em juízo foi registrado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, conforme divulgado em nota 30.

Em 31 de dezembro de 2023, considerando o acordo firmado com a Oi S.A., a Companhia encontrava-se livre de quaisquer obrigações citadas nos itens (i) e (ii). Em 31 de dezembro de 2022 o valor de tais obrigações era de R\$ 748 milhões.

**Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos**

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Cozani na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se analisado, conforme laudo de alocação de preço de compra "Price purchase allocation". Nesta data, a análise indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Valor justo reconhecido na aquisição	
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	193.382
Contas a receber de clientes	362.379
Despesas antecipadas	165.111
Impostos a recuperar	13.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	705.388
Imobilizado (Nota 15)	3.518.477
Intangível (Nota 16)	3.599.811
	<b>8.558.083</b>
Passivos	
Fornecedores	(183.227)
Passivos de arrendamento (Nota 17)	(2.929.449)
Impostos a recolher	(157.595)
Receitas diferidas	(95.135)
Outros passivos	(617.518)
	<b>(3.982.924)</b>
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo</b>	<b>4.575.159</b>
Ágio na aquisição (Nota 16)	2.636.426
<b>Total da contraprestação</b>	<b>7.211.585</b>

Abaixo estão sumarizados, os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados a Cozani ("ativos líquidos") pela TIM na data de aquisição e os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia, que refletem os resultados da empresa adquirida a partir de 30 de abril de 2022:

	Cozani
Participação acionária da adquirida	100%
Patrimônio líquido da Cozani a valor contábil em 30/04/2022	1.282.579
Patrimônio líquido da Cozani a valor justo em 30/04/2022	4.575.159
Mais valia de radiofrequências (i)	3.038.951
Mais valia de carteira de clientes (ii)	253.629
Contribuição da Cozani para a receita líquida do Grupo desde a data de aquisição até 31/12/2022	1.231.518
Contribuição da Cozani para lucro do Grupo desde a data de aquisição até 31/12/2022	(626.258)
Receita líquida da adquirida no exercício de 2022	2.297.351
Prejuízo da adquirida no exercício de 2022	(1.910.638)

(i) A mais valia de intangíveis refere-se ao ajuste na rubrica de autorizações refletindo o valor justo das outorgas adquiridas e a avaliação do espectro foi conduzida por meio da abordagem de mercado, com a aplicação de um múltiplo de transação. O prazo médio de vida útil é de 17,68 anos;

(ii) A avaliação da carteira de clientes foi conduzida pela abordagem de rentabilidade, pelo método MPE-EM ("Multi-period excess earning method") baseado em um cálculo de fluxos de caixa de benefícios econômicos futuros atribuíveis a base de clientes. O prazo médio de vida útil é de 7,67 anos. O ágio na aquisição de R\$2.636.426 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio reconhecido já vem sendo deduzido por meio de pagamentos de taxa de incorporação societária da empresa Cozani na TIM S.A., ocorrida em 01 de abril de 2022.

**Incorporação da Cozani**

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2023, a efetivação da incorporação ainda dependia da conclusão dos procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica e da obtenção da anuência prévia da ANATEL, o que ocorreu quando da publicação do Ato n.º 3.535/2023.

Em 31 de março de 2023, o Conselho de Administração ("CA") tomou conhecimento da obtenção da referida anuência e verificou o cumprimento das demais condições para conceder plena efetividade à incorporação. Dessa forma, a CA declarou que a referida incorporação e a consequente extinção da Cozani se tornaram eficazes, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023. A incorporação aprovada não resultou em aumento de capital, nem na emissão de novas ações da Companhia ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, portanto, que se abor dar temas referentes a substituição de ações ou direito de resgate.

O objetivo desta incorporação é a simplificação da estrutura societária da TIM S.A. eliminação da sobreposição das autorizações para exploração do serviço SMP, a padronização dos serviços prestados pelas Companhias e, ainda, ao final, propiciará a concentração das atividades concernentes à prestação de serviços de telecomunicação móvel pessoal em uma única companhia, além de resultar na otimização de custos operacionais e na alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

As variações do patrimônio da Cozani entre a data do laudo (31 de dezembro de 2022) e do ato societário de incorporação foram incorporadas ao balanço patrimonial da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da Cozani foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

O acervo líquido contábil em 31 de dezembro de 2022, está sumarizado a seguir:

Ativo	Passivo
Intangível	Circulante
1.376.107	1.900.283
Não circulante	Não Circulante
3.987.986	2.422.684
Realizável a longo prazo	
845.823	
Imobilizado	
2.885.893	
Intangível	
255.280	
	Acervo líquido
	1.041.136
Total do Ativo	Total Passivo
5.364.103	5.364.103

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**a. Critérios gerais de elaboração e divulgação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi atualizada em 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro de R\$2.837.422. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$1.485.561, ocasionado pela aquisição da Cozani e pagamento das obrigações relacionadas à licença 5G, no entanto, durante o ano de 2023, houve um crescimento do fluxo de caixa de aproximadamente R\$ 1,2 bilhões. A Companhia entende que os investimentos citados trarão benefícios relevantes à eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$26.015.940.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o fluxo de caixa operacional é positivo em R\$ 12 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

**c. Segmentos operacionais**

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela determinação de valores a serem investidos, é o Conselho de Administração, que atua em conjunto com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplan estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, finanças e investimentos, incluindo a aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

**d. Procedimentos de consolidação**

Em função da incorporação da Cozani em 1º de abril de 2023 descrito na nota 1, a Companhia incorporou todos os saldos ativos e passivos da sua antiga controladora e apresenta saldos consolidados para as demonstrações de resultado, demonstrações de resultado abrangente, demonstrações de fluxo de caixa e demonstrações de valor adicionado em função dos resultados individuais da Cozani entre janeiro e março de 2023, e o mesmo os saldos consolidados ao longo do ano de 2023.

**e. Combinação de negócios e ágio**

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo método de aquisição de valor adicionado, investindo em ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Para adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições de desempenho das operações, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada para um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**f. Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 6 de fevereiro de 2024.

**g. Novas normas, alterações e interpretações de normas**

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que podem de alguma forma afetar a Companhia.

**IFRS 17 – Contratos de Seguro**

As alterações ao IAS 17 (Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direcionada (a abordagem de taxa variável)

• Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

• Uma abordagem não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8**

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

A Companhia avaliou que as alterações na norma não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 8**

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo. A Companhia realizou análises das demonstrações, ajustando as notas de base de preparação e apresentação, estimativas e julgamentos críticos e notas explicativas quando necessário. Porém, não houve impacto na mensuração e reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

**Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplica mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

• Divulgação de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 31 de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.**

**Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que se entende por direito de adiar a liquidação.

• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.

• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.

• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender o efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência.

**(h) Reapresentação das demonstrações dos fluxos de caixa**

Em decorrência da revisão contínua do fluxo de e de preparação das informações financeiras para divulgação e com o objetivo de garantir maior adequação às normas contábeis, foi identificado pela Administração, a reclassificação abaixo aplicável às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, em 31 de dezembro de 2022.



Provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e perspectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A taxa média de recuperação ao valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>3.908.773</b>	<b>3.978.135</b>	<b>3.659.777</b>	
Contas a receber bruta	4.538.512	4.540.225	4.241.515	
Serviços faturados	2.237.551	2.055.009	2.149.579	
Serviços a faturar ("unbilled")	1.036.339	909.730	929.569	
Uso de rede	718.334	981.778	559.338	
Venda de mercadorias	494.279	572.103	590.476	
Ativo contratual (nota 23)	19.957	19.828	19.828	
Outras contas a receber	332	1.547	1.547	
Perdas por crédito de liquidação esperada	(629.739)	(652.090)	(581.738)	
Parcela circulante	(3.709.766)	(3.739.452)	(3.421.094)	
Parcela não circulante	199.007	239.683	239.683	

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	562.090	746.819	746.819	
Saldo de companhia incorporada (nota 1.2)	23.737	-	-	
Constituição de provisão	620.667	585.699	626.218	
Baixas de Provisão	(576.755)	(770.428)	(781.298)	
Saldo Final	629.739	562.090	581.738	

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Total</b>	<b>4.538.512</b>	<b>4.540.225</b>	<b>4.241.515</b>	
A vencer	3.291.399	3.575.228	3.221.416	
Vencidos até 30 dias	302.042	262.644	286.324	
Vencidos até 60 dias	113.363	79.330	79.230	
Vencidos até 90 dias	107.759	68.391	73.581	
Vencidos há mais de 90 dias	718.979	552.023	577.661	

**7. Estoques**

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Total Estoques</b>	<b>331.783</b>	<b>236.117</b>	<b>236.117</b>	
Estoques	346.207	248.768	248.768	
Aparelhos celulares e tablets	203.596	138.951	138.951	
Acessórios e cartões pré-pagos	113.363	79.330	79.230	
TIM chips	29.248	31.487	31.487	
Perdas para ajuste ao valor de realização	(14.424)	(12.651)	(12.651)	

**8. Imposto de renda e contribuição social**

**8.a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	Controladora		Consolidadora	
	2023	2022	2023	2022
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	<b>713.279</b>	<b>879.227</b>	<b>879.227</b>	
Imposto de renda	429.461	645.192	645.192	
Contribuição social	283.818	234.035	234.035	
Parcela circulante	(494.382)	(361.349)	(361.349)	
Parcela não circulante	218.897	517.878	517.878	

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL recolhidos a título de compensação de créditos tributários em débitos de R\$ 111,4 milhões e R\$ 470 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021. Ao longo do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS e outros tributos federais. Desde o 3º trimestre de 2023 a Companhia utilizou o montante de R\$ 151 milhões.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL recolhidos a título de compensação de créditos tributários em débitos de R\$ 111,4 milhões e R\$ 470 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021. Ao longo do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS e outros tributos federais. Desde o 3º trimestre de 2023 a Companhia utilizou o montante de R\$ 151 milhões.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL recolhidos a título de compensação de créditos tributários em débitos de R\$ 111,4 milhões e R\$ 470 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021. Ao longo do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS e outros tributos federais. Desde o 3º trimestre de 2023 a Companhia utilizou o montante de R\$ 151 milhões.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL recolhidos a título de compensação de créditos tributários em débitos de R\$ 111,4 milhões e R\$ 470 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021. Ao longo do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS e outros tributos federais no montante de R\$ 151 milhões.

**8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher**  
Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2023, a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Impostos de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>64.407</b>	<b>78.351</b>	<b>78.351</b>	
Imposto de renda	-	34.207	34.207	
Contribuição social	64.407	44.144	44.144	
Parcela circulante	(64.407)	(78.351)	(78.351)	

**8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia. Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social</b>	<b>201.227</b>	<b>95.927</b>	<b>225.882</b>	
Diferenças temporárias	499.603	381.865	381.865	
Provisão para processos judiciais e administrativos	242.160	198.933	220.911	
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	37.159	34.657	34.657	
Provisão para participação dos empregados	57.890	49.989	49.989	
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	948.808	642.479	711.897	
Agio amortizado - TIM Fiber	(34.560)	(34.560)	(34.560)	
Instrumentos financeiros derivativos	(226.256)	(161.174)	(161.174)	
Juros capitalizados SG	(281.721)	(281.468)	(281.468)	
Custo atrelado - TIM S.A.	(23.356)	(32.177)	(32.177)	
Ajustes norma IFRS16 (ii)	675.817	468.113	596.495	
Depreciação acelerada (iii)	(891.051)	(663.303)	(715.041)	
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)	(249.477)	
Perda por redução ao valor recuperável (v)	378.601	-	557.932	
Amortização	60.336	45.592	45.591	
Outros ativos	148.010	61.717	167.018	
Outros passivos	(43.799)	(30.413)	(20.800)	
<b>Total</b>	<b>1.257.494</b>	<b>526.700</b>	<b>1.497.540</b>	

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, ainda não reconhecidos

	2023	2022	2023	2022
Parcela imposto ativo diferido	1.257.494	526.700	1.367.886	
Parcela imposto passivo diferido	(3.205.814)	(1.979.272)	(2.992.237)	
	(1.948.320)	(1.452.572)	(1.624.651)	

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representa a adição de novos contratos. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil e fiscal, nos termos da legislação vigente.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.702/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 991 milhões até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 663 milhões até 31 de dezembro de 2022) e foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculada na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente, sobre o impairment de ativos tangíveis adquiridos na aquisição da Cozani em abril/2022.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2023.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos (parcela ativa)	Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias		Total
	Base Negativa	Diferenças Temporárias	
2024	201.227	694.157	895.384
2025	-	197.399	197.399
2026	-	(231.894)	(231.894)
2027 em diante	-	1.953.416	1.953.416
<b>Total</b>	<b>201.227</b>	<b>3.004.587</b>	<b>3.205.814</b>

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributários futuros, constitui base negativa de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 105.299 ao longo de 2023 (R\$123.948 em 2022).

**8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(248.534)</b>	<b>(247.492)</b>	<b>(248.792)</b>	<b>(247.492)</b>
Imposto de renda do exercício	(67.095)	(85.452)	(67.190)	(85.452)
Contribuição social do exercício	235.753	157.254	235.753	157.254
Incentivo fiscal - SUDENE/SUDAM (i)	(79.876)	(175.690)	(80.229)	(175.690)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(123.045)</b>	<b>(3.512)</b>	<b>(180.709)</b>	<b>95.583</b>
Imposto de renda diferido	(64.915)	(6.450)	(85.673)	29.954
Contribuição social diferida	(187.960)	(9.962)	(266.382)	125.537
	(267.836)	(185.652)	(346.611)	(50.153)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.105.258	1.856.407	3.184.033	1.720.908
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.788)	(631.178)	(1.082.571)	(585.109)
(Adições) exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	21.788	(188.276)	(30.364)	(20.939)
Adições, exclusões permanentes:				
Receitas não tributáveis	16.573	35.508	16.573	152.277
Despesas não dedutíveis	(25.069)	(39.236)	(25.069)	(120.882)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	235.753	157.254	235.753	157.254
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	544.000	476.000	544.000	476.000
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(5.093)	-	(4.933)	(129.954)
Outros valores	(787.952)	445.526	735.960	534.956
<b>Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício</b>	<b>(267.836)</b>	<b>(185.652)</b>	<b>(346.611)</b>	<b>(50.153)</b>
Alíquota efetiva	8,63%	10,00%	10,89%	2,91%

(i) Conforme mencionado na nota 26 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

**9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>ICMS (i)</b>	<b>1.818.306</b>	<b>1.709.810</b>	<b>1.727.069</b>	
PIS / COFINS (ii)	1.372.681	1.314.811	1.323.604	
IRRF sobre aplicações financeiras	164.508	194.449	194.452	
IRPJ sobre aplicações financeiras	81.445	111.962	120.417	
Parcela circulante	(943.767)	(820.338)	(831.661)	
Parcela não circulante	874.539	889.472	895.408	

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela TIM.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

A Companhia, através de declarações, compensou os créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS até 31 de março de 2023, totalizando o valor de R\$ 3.517 milhões.

O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

**10. Despesas antecipadas**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>377.405</b>	<b>278.764</b>	<b>359.109</b>	
Propagandas não veiculadas (i)	13.047	2.361	2.361	
Aluguéis e seguros	69.759	64.544	64.544	
Outros (ii)	190.663	178.5		



	Consolidado				
	Saldo em 2021	Adições/depreciação	Transferências	Aquisições de controlada (Nota 1.2)	Saldo em 2022
Equipamentos de comunicação/transmissão	(18.187.994)	(2.234.345)	129.196	(5.941.968)	(26.235.111)
Cabos de fibra ótica	(522.205)	(61.649)	-	-	(583.854)
Aparelhos em comodato	(2.534.691)	(155.902)	11.694	(919.560)	(3.598.459)
Infraestrutura	(4.043.155)	(390.832)	15.654	(573.680)	(4.992.013)
Bens de informática	(1.629.730)	(78.418)	369.807	(337.265)	(1.675.606)
Bens de uso geral	(649.229)	(50.097)	4.397	(11.085)	(706.014)
Direito de uso em arrendamentos	(3.284.274)	(1.792.996)	-	-	(5.077.270)
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>18.308.400</b>	<b>1.041.466</b>	<b>(207.191)</b>	<b>-</b>	<b>3.518.477</b>
Equipamentos de comunicação/transmissão	7.666.460	(2.239.133)	(761)	3.710.504	8.266.126
Cabos de fibra ótica	256.307	(61.649)	-	4.884	199.542
Aparelhos em comodato	271.763	(155.150)	(5.455)	166.099	1.130
Infraestrutura	2.400.130	(390.832)	(642)	493.409	215.977
Bens de informática	126.610	(78.418)	26.964	(31.032)	(1.104)
Bens de uso geral	267.616	(50.097)	(443)	41.503	1.969
Direito de uso em arrendamentos	6.495.053	186.477	(225.446)	-	2.929.449
Tenidos	40.794	(992)	-	-	39.802
Obras em andamento	783.667	3.830.268	(416)	(3.765.431)	848.098
Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguel de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS 16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:					

	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas e Quiosques e Imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.637.960</b>	<b>639.210</b>	<b>1.596.882</b>	<b>1.006.082</b>	<b>6.880.134</b>
Adições por incorporação	1.478.836	-	1.177.264	-	2.656.100
Adições	980.056	368.426	374.473	282.486	2.005.441
Remensuração	(491.236)	(37.346)	(338.165)	-	(866.747)
Depreciação	(928.467)	(136.899)	(458.747)	(492.203)	(2.016.316)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.677.149</b>	<b>833.391</b>	<b>2.351.707</b>	<b>796.365</b>	<b>8.658.612</b>
Taxas de depreciação anual	12,21%	11,72%	12,54%	8,33%	-

	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas e Quiosques e Imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.048.509</b>	<b>541.312</b>	<b>1.504.233</b>	<b>1.400.999</b>	<b>6.495.053</b>
Adições	1.159.120	243.162	348.860	88.551	1.839.693
Remensuração	(27.867)	(14.715)	(26.740)	(4.764)	(74.086)
Depreciação	(541.802)	(130.549)	(229.471)	(478.704)	(1.380.526)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.637.960</b>	<b>639.210</b>	<b>1.596.882</b>	<b>1.006.082</b>	<b>6.880.134</b>
Vida útil - %	11,55%	11,25%	11,50%	7,41%	-

	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas e Quiosques e Imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.048.509</b>	<b>541.312</b>	<b>1.504.233</b>	<b>1.400.999</b>	<b>6.495.053</b>
Saldo de abertura	2.143.142	-	786.307	-	2.929.449
Adições	1.087.005	243.162	580.755	88.551	1.979.473
Remensuração	(122.757)	(14.715)	(83.210)	(4.764)	(225.448)
Depreciação	(809.450)	(130.549)	(374.293)	(478.704)	(1.792.996)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.346.449</b>	<b>639.210</b>	<b>2.393.792</b>	<b>1.006.082</b>	<b>9.385.533</b>
Vida útil - %	12,25	11,25%	12,12	7,41%	-

\* Taxas de depreciação

Equipamentos de comunicação/transmissão 6,67 a 20

Cabos de fibra ótica 10

Aparelhos em comodato 14,28 a 50

Infraestrutura 4 a 20

Bens de informática 10 a 20

Bens de uso geral 10 a 20

Benefícios em propriedades de terceiros 10 a 20

Em 2023, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

► **16. Intangível**

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) software em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ação por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e tivemos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência entre 2021 e 2023. Essa capitalização ocorreu o ativo ser considerado disponível para uso pela Administração. A partir do segundo trimestre de 2023 encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ação e outros são demonstrados como segue.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

	Controladora					
	Saldo em 2022	Adições/Amortização	Adição por incorporação	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em 2023
<b>Total Custo do Intangível Bruto</b>	<b>38.732.905</b>	<b>1.038.989</b>	<b>6.446.789</b>	<b>(778)</b>	<b>-</b>	<b>95.678</b>
Direito de uso de softwares	20.876.377	-	1.366.860	(195)	924.804	-
Autorizações	11.250.610	40.868	4.598.839	-	2.903.922	-
Ágio	3.112.169	-	-	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura-LT Amazonas	201.778	-	-	-	5.811	-
Lista de clientes	-	-	253.629	-	-	-
Outros ativos	339.417	-	227.461	(583)	7.950	-
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	998.121	-	-	(3.842.487)	95.678
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(25.730.124)</b>	<b>(1.856.450)</b>	<b>(3.102.345)</b>	<b>377</b>	<b>-</b>	<b>(30.688.542)</b>
Direito de uso de softwares	(18.454.058)	(976.345)	(1.355.500)	195	-	(20.785.708)
Autorizações	(6.984.930)	(806.732)	(1.586.245)	-	-	(9.377.907)
Direito de uso de infraestrutura-LT Amazonas	(86.488)	(10.686)	-	-	-	(97.174)
Lista de clientes	(24.825)	(30.312)	-	-	-	(55.137)
Outros ativos	(204.648)	(37.862)	(130.288)	182	-	(372.616)
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>13.002.781</b>	<b>(817.461)</b>	<b>3.344.444</b>	<b>(401)</b>	<b>-</b>	<b>95.678</b>
Direito de uso de softwares (c)	2.422.319	(976.345)	11.360	-	924.804	-
Autorizações (f)	4.265.680	(765.864)	3.012.594	-	2.903.922	-
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura-LT Amazonas (e)	115.290	(10.686)	-	-	5.811	-
Lista de clientes	(24.825)	223.317	-	-	-	198.492
Outros ativos	134.769	(37.862)	97.173	(401)	7.950	-
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	998.121	-	-	(3.842.487)	95.678

	Consolidado					
	Saldo em 2021	Adições/Amortização	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em 2022
<b>Total Custo do Intangível Bruto</b>	<b>34.630.541</b>	<b>3.846.603</b>	<b>(3.200)</b>	<b>-</b>	<b>258.961</b>	<b>38.732.905</b>
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	965.373	-	20.876.377
Autorizações	11.151.497	75.526	(3.200)	26.787	-	11.250.610
Ágio (i)	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura-LT Amazonas	186.221	-	-	15.557	-	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	6.301	-	339.417
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.651	-	(1.014.018)	258.961	2.952.554
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(24.045.462)</b>	<b>(1.687.862)</b>	<b>3.200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25.730.124)</b>
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(1.022.040)	-	-	-	(18.454.058)
Autorizações	(6.357.666)	(630.464)	3.200	-	-	(6.984.930)
Direito de uso de infraestrutura-LT Amazonas	(76.697)	(9.791)	-	-	-	(86.488)
Outros ativos	(179.081)	(25.567)	-	-	-	(204.648)
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>10.585.079</b>	<b>2.158.741</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>258.961</b>	<b>13.002.781</b>
Direito de uso de softwares	2.478.986	(1.022.040)	-	965.373	-	2.422.319
Autorizações	4.793.831	(554.938)	-	26.787	-	4.265.680
Ágio	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura-LT Amazonas (e)	109.524	(9.791)	-	15.557	-	115.290
Outros ativos	154.035	(25.567)	-	6.301	-	134.769
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.651	-	(1.014.018)	258.961	2.952.554

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (5G).

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contratação de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Edital. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF. Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$259 milhões em 2022) incorridos sobre o conceito de ajuste a valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (5G).

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contratação de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Edital. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF. Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$259 milhões em 2022) incorridos sobre o conceito de ajuste a valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (5G).

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contratação de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Edital. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF. Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$259 milhões em 2022) incorridos sobre o conceito de ajuste a valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (5G).

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contratação de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Edital. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF. Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$259 milhões em 2022) incorridos sobre o conceito de ajuste a valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se



CNPJ nº 02.421.421/0001-11

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.  
Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 258 milhões (186 milhões em 31 de dezembro de 2022), o qual ainda está pendente de julgamento.  
(iii) Conforme descrito na nota 16.1, em novembro de 2021, a TIM adquiriu o Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.  
Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 3 primeiras parcelas nos montantes de R\$46.274, R\$52.005 e R\$7.811). Já para os valores relacionados às obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão até 2024. Os aportes à EAF foram efetuados em sua totalidade em 2022 (R\$ 1.900 milhões em fevereiro e R\$ 1.133 milhões em maio). Em relação a EACE, foram feitos quatro aportes totalizando R\$533 milhões até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto, considerando os valores relativos às radiofrequências e aos aportes a serem realizados na entidade EACE, é de R\$ 1.225 milhões (R\$1.255 milhões em 31 de dezembro de 2022).  
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2023 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
2025	283.073									
2026	59.109									
2027	59.109									
2028	59.109									
2029	59.109									
2030	59.109									
2031	53.845									
2032	484.953									
2032 em diante	1.117.416									

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2023, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Data de Expiração		2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)	2500 MHz (Banda P (4G))	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
		Frequências adicionais 1800 MHz e 2100 MHz (3G)	1900 MHz e 2100 MHz (3G)						
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Rio de Janeiro e Espírito Santo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (900MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR11 (DF) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	Parte da AR11 (DF) – fevereiro, 2024	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município de Paranailva, no Mato Grosso do Sul, e municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão, no Estado de Goiás - (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul (exceto município de Paranailva) e Goiás (exceto municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão) - (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	-	-	-	-	-
São Paulo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	-	-	-	-	-
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024 AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2023	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná e Santa Catarina (incorporado COZANI)*	Dezembro 2032 (900 e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	-
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Rio Grande do Sul (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	-
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Dezembro, 2023 800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (900 e 1800MHz)	-	Março, 2031	Outubro, 2027 (V2)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais (incorporado COZANI)*	Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

\* Autorizações incorporadas da Cozani indicadas em apartado em função dos prazos distintos contidos na Autorização concedida a Cozani. Em função da incorporação, o prazo para uso das radiofrequências em cada localidade será o longínquo.

► 21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado
				2023	2022	2022
KFW Finnvera (ii)	USD	0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	124.411	173.381	173.381
Scotia <sup>1</sup> (i)	USD	1,4748% a.a.	Abr/24	485.498	1.568.683	1.568.683
BNP Paribas (ii)	BRL	7,9097% a.a.	Jan/24	515.068	515.265	515.265
		IPCA + Libor 6M <sup>4</sup>				
Debêntures <sup>2</sup> (ii)	BRL	4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.859.897	1.771.797	1.771.797
		IPCA + 4,2283% a.a.				
BNDES (i)	BRL	1,4748% a.a.	Nov/31	392.340	394.139	394.139
		IPCA + 1,2228% a.a.				
BNB <sup>3</sup> (i)	BRL	1,4945% a.a.	Fev/28	206.140	249.400	249.400
		TJLP + 1,95% a.a.				
BNDES (i)	BRL	-	Ago/25	187.592	297.160	297.160
Total	-	-	-	3.770.946	4.969.825	4.969.825
Circulante	-	-	-	(1.267.237)	(1.264.967)	(1.264.967)
Não circulante	-	-	-	2.503.709	3.704.858	3.704.858

<sup>1</sup> As taxas das dívidas ativas em 31/12/22 com o banco Scotia estão entre 1,4748% e 3,2300% a.a.  
<sup>2</sup> É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.  
<sup>3</sup> As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.  
<sup>4</sup> A dívida junto ao KFW Finnvera teve seu indexador atado, migrando de Libor para SOFR, sendo o 1º fixing válido a partir de janeiro/2024.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;  
(ii) Não possuem garantia.  
Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possui cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.  
Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
2025	21.267.237						
2026	200.857						
2027	726.402						
2028	726.402						
2029	687.548						
2030	55.714						
2031	55.714						
	51.072						
	2.503.709						

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal	2023	2022
2024	21.267.237		
2025	200.857		
2026	726.402		
2027	726.402		
2028	687.548		
2029	55.714		
2030	55.714		
2031	51.072		
	2.503.709		

Valor justo dos empréstimos  
No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um custo de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores.  
Como relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2023 é, respectivamente, R\$ 478.098, R\$ 520.990, R\$ 1.821.869, R\$ 381.027 e R\$ 193.878 (2022 era, respectivamente, R\$ 1.519.742, R\$ 59.199, R\$ 1.670.839, R\$ 36.828 e R\$ 219.697).

► 22. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Impostos, taxas e contribuições a recolher	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	249.485	212.043	222.120
Impostos e Taxas ANATEL (i)	2.563.784	1.698.025	1.798.967
Imposto sobre Serviço - ISS	67.765	65.861	65.664
PIS/COFINS	49.312	62.324	102.157
Outros (ii)	128.372	101.945	102.359
Parcela circulante	(3.048.115)	(2.126.678)	(2.277.727)
Parcela não circulante	10.603	13.540	13.540

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condécine e CFRP no valor de R\$ 790 milhões.

Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R\$ 300 milhões referentes a CFRP e Condécine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), no valor de R\$ 490 milhões, que permanece em aberto até decisão final. Em 2021 e 2022, houve pagamento parcial referentes a CFRP e Condécine no montante de R\$ 300 milhões por ano e os pagamentos de TFF seguem suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região. Os valores suspensos são: R\$ 480 milhões em 2021 e R\$ 482 milhões e R\$ 104 milhões em 2022, referentes a TIM S.A e Cozani, respectivamente.  
Até 31 de dezembro de 2022, houve o reconhecimento de R\$215,6 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020, 2021 e 2022 com pagamento suspenso por decisão liminar, sendo R\$52,6 milhões registrados em 2021 e R\$163 milhões em 2022. Em 2023 o montante referente ao valor principal de TFF é de R\$ 531 milhões e houve o reconhecimento de R\$ 237 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, atualizados até 31 de dezembro de 2023.  
(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

► 23. Receitas diferidas

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Receitas diferidas	801.002	889.441
Serviços a prestar pré-pago (i)	187.540	151.355
Subvenções governamentais	-	860
Receitas antecipadas	39.138	43.561
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	626.636	680.731
Passivo contratual (iii)	47.688	12.934
Parcela circulante	(279.401)	(265.417)
Parcela não circulante	621.601	668.612

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.  
(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 107).  
(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.  
Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	2023	2022
Contas a receber incluídas em contas a receber de clientes	2.344.728	2.182.403
Ativo contratual	19.957	19.828
Passivo contratual	(47.688)	(12.934)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelização, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.  
Resumo das principais variações no exercício.  
Saldo em 1º de janeiro de 2023  
Adições (242.597)  
Baixas (121.585)  
Saldo em 31 de dezembro de 2023  
Os saldos de ativos e passivos contratuais, que representam os saldos individuais e consolidados, tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2024	2025
	(12.836)	(14.895)
Ativo (passivo) contratual	2023	2022
A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.	1.410.299	1.112.153

► 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.  
A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
Aprovisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora</	
--	----------------	--



e.3. Tributárias	2023	2022
		19.236.989
Tributos Federais (e.3.1)	3.139.640	3.275.840
Tributos Estaduais (e.3.2)	10.438.811	9.640.939
Tributos Municipais (e.3.3)	1.712.988	1.587.910
FUST, FUNTEL e EBC (e.3.4)	3.945.550	3.666.656

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base na taxa SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 13.095.822 (R\$13.014.078 em 31 de dezembro de 2022).

**e.3.1. Tributos Federais**  
O valor total autuado contra a TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.139.640 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.275.840 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ativo pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ativo, exclusão da reversão de ativo, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.711.566 (R\$ 1.579.257 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão.
- (ii) Metologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 255.912 (R\$ 265.183 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$77.697 (R\$ 73.307 em 31 de dezembro de 2022).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 318.365 (R\$ 292.662 em 31 de dezembro de 2022).
- (v) Cobrança de IRRF e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional, cobrança parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 316.675 (R\$ 437.419 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões em âmbito federal relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.719/98, outras compensações referentes à reparação do pré-pago, desdobramento do ativo e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

**e.3.2. Tributos Estaduais**  
O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 10.438.811 (R\$ 9.640.939 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.338.672 (R\$ 1.236.502 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRO-DF) concedido pelo próprio ente tributar, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 435.326 (R\$ 394.834 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 782.497 (R\$ 694.479 em 31 de dezembro de 2022).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos com antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido é de R\$4.304.655 (R\$ 3.835.583 em 31 de dezembro de 2022).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 134.165 (R\$ 154.673 em 31 de dezembro de 2022).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 996.002 (R\$900.731 em 31 de dezembro de 2022).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 726.364 (R\$ 625.202 em 31 de dezembro de 2022).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 148.465 (R\$ 136.243 em 31 de dezembro de 2022).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido a sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 339.088 (R\$ 330.805 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao crédito de crédito em relação às aquisições de ativos permanentes, bem como a cobrança de débitos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo "Outras OCCs", as outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota - DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

**e.3.3. Tributos Municipais**  
O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.712.988 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.587.910 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.431.623 (R\$1.281.547 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 93.172 (R\$ 85.520 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 143.150 (R\$ 149.764 em 31 de dezembro de 2022).

**e.3.4. Tributos regulatórios**  
O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 3.945.550 (R\$ 3.666.656 em 31 de dezembro de 2022). A principal discussão, cujo valor histórico é de R\$ 2.208.814 em 31 de dezembro de 2022, envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

**e.4. Regulatórias**  
A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) não atendimento de obrigações derivadas dos Termos de Autorização e/ou; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras. Em 31 de dezembro de 2023, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 201.683 (R\$ 172.645 em 31 de dezembro de 2022).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta nº. 020/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador. Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas "Qualidade", "Ampliação do Acesso", "Direitos e Garantias dos Usuários" e "Fiscalização". O Termo prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos Índices de Reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio de rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em menos de três anos - sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras. O atendimento de todos os 350 municípios teve o cumprimento atestado pela Anatel em junho de 2023.

Com o fechamento do 1º Ano do TAC, os seguintes compromissos receberam atesto por parte da Agência: Reparação, Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD (fase 1) e Notificações; Numeração; Interconexão; IR; IQG; Obice; Controles Internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; Backhaul; Licenciamento Backlog; Compromisso de Abundância; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; e Compromissos Adicionais.

Em junho de 2022, a TIM concluiu o 2º ano do TAC, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas estabelecidas. Os seguintes compromissos receberam atesto pela Anatel: Numeração; Obice; Controles Internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; Backhaul; Atendimento Presencial; Relacionamento Digital; Adicionais; e Portal Colaborativo. Em outubro de 2022, a TIM e Anatel assinaram o Termo Aditivo de repactuação do compromisso relativo aos Indicadores de Qualidade. Dessa forma, o Índice de Qualidade Percebida (IQP) passou a ser adotada em substituição ao Índice Geral de Qualidade (IGQ), para os Anos 3 e 4 do TAC. A TIM concluiu o 3º ano do TAC em junho de 2023, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas estabelecidas. No que se refere aos Compromissos Adicionais, conforme acima mencionado, a Anatel já emitiu atesto de cumprimento da obrigação relativa ao 3º ano do TAC, garantindo assim o atesto geral de atendimento da obrigação de implantação de SMP com tecnologia 4G ou superior em 350 (trezentos e cinquenta) municípios nos termos pactuados no TAC. Em dezembro de 2023, adveio o atesto dos seguintes Compromissos: Numeração; Obice; Plano de Reparação; Controles Internos; LTE 700 MHz; Novo 4G; Backhaul; Relacionamento Digital. A Anatel indicou que: (i) ainda está avaliando o cumprimento do compromisso relacionado ao Licenciamento de Estações e ao IQP; e (ii) com o início do compromisso do Plano de Reparação (apenas para 10 registros) e IR instauraria PADICs.

Em julho de 2023, a TIM iniciou o 4º e último ano do Termo de Ajustamento de Conduta. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração.

A Companhia vem cumprindo o cronograma de implementação do TAC e vem apresentando seu entendimento a Anatel nos casos em que a Agência indica indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados. Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

**▶ 25. Outros passivos e provisões**

Outros passivos e provisões	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Provisão para futura desmobilização de ativos	365.841	192.884
Adiantamento de clientes	130.328	23.659
Contrato oneroso de capacidade (i)	25.215	12.887
Outras provisões de risco	172.042	-
Outros (ii)	42.419	83.923
Parcela circulante	15.837	156.338
Parcela não circulante	(21.273)	(132.954)
	244.568	171.557

- (i) Como parte da aquisição da Cozani, foi identificado um contrato de capacidade transferido na transação, onde existe uma obrigação *take or pay* por uma vigência definida. O montante registrado se refere a parte de capacidade que não será utilizada para a vigência contratual remanescente.
- (ii) Em 23 de junho de 2022, foi editada a Lei Complementar 194 que, em síntese, alterou a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandii), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, a energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo e, como consequência, apontou a redução do ICMS sobre as receitas auferidas pelas empresas de tais setores.

A Companhia, proativamente, ao longo de 2023, realizou o repasse de seus efeitos a seus clientes, em variação conforme a natureza de seus planos e realizou os valores em aberto de 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 117 milhões.

**▶ 26. Patrimônio líquido**

a. **Capital social**  
O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.  
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022). A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.  
b. **Reservas de capital**  
A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

Reserva especial de ágio	2023	2022
		384.311
Plano de incentivo a longo prazo	353.804	353.604
<b>b.1 Reserva especial de ágio</b>	30.707	54.998

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

**b.2 Plano de incentivo a longo prazo**  
Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 27).

**c. Reservas de lucros**  
**c.1 Reserva legal**

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

**c.2 Reserva estatutária para expansão**  
A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, o qual poderá ultrapassar 80% do capital social. Atendendo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

**d. Dividendos**  
**c.3 Reserva de benefício fiscal**

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.362.239 (R\$2.124.411 em 31 de dezembro de 2022).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações. Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	2023	2022
		2.837.422
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(237.828)	(166.110)
(-) Constituição da reserva legal	(129.979)	(75.233)
Lucro líquido ajustado	2.469.615	1.429.412
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	617.404	357.353

Composição dos dividendos a pagar e JCP:

Juros sobre capital próprio	1.600.000	1.400.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.600.000	1.400.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(233.230)	(196.970)
Total de dividendos e JCP líquidos	1.366.770	1.203.030

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro				Ações canceladas durante o exercício	Saldo de ações (principal)	
					Outorgadas durante o período	Transferidas durante o exercício	Adicional	Subtotal ações transferidas (principal)	Vestido	Variação	Adicional	Subtotal canceladas durante o período			
															Volume
Plano 2021-2023															
Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	-	1.560.993	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.389)	1.535.604
Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	1.183.147	-	(264.305)	(110.928)	(17.227)	(392.460)	-	-	-	-	(147.540)	771.302
Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	2.024.153	220.743	(957.545)	(160.259)	(89.699)	(1.207.503)	(89.403)	(12.268)	(8.159)	(109.830)	(376.006)	821.942
Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R\$ 14,40	260.840	-	(230.188)	(25.174)	(29.560)	(284.922)	(30.471)	(3.330)	(3.913)	(37.714)	(181)	-
Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R\$ 11,28	427.030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga(s) 2018	849.932	abr/21	R\$ 14,41	3.468.140	1.781.736	(1.452.038)	(296.361)	(136.486)	(1.884.885)	(119.874)	(15.598)	(12.072)	(147.544)	(549.116)	3.128.848
Total	8.796.963			4.065.862	1.227.712	(1.714.271)	(287.698)	(493.927)	(13.318)	(3.659)	(1.561)	(97.845)			
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 12,85												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2018-2020 - 1º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de março de 2018 a 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 - 2º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de junho de 2019 a 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 - 3º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2020.
- **Plano 2021-2023 - 1º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 - 2º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 - 3º outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 32.424 (R\$ 47.815 em 31 de dezembro de 2022).

**Encerramento de Programa de Recomprou de Ações e Aprovação de um Novo Programa**  
Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração, tomou conhecimento sobre o encerramento do Programa de Recomprou de Ações aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 05 de maio de 2021 e aprovou um novo programa de recomprou de ações de sua própria emissão. O novo programa teve início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 12 de dezembro de 2024, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

**▶ 28. Receita líquida**  
**Receitas de serviços prestados**

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidos, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$162.122 (R\$ 153.348 em 31 de dezembro de 2022).

**▶ 29. Custos e despesas operacionais**

Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com comercialização	(5.631.263)	(1.757.848)	(19.128.592)	(9.934.765)
Despesas gerais administrativas	(1.759.433)	(1.998.512)	(10.655.981)	(5.596.211)
Total	(7.390.696)	(3.756.360)	(29.784.573)	(15.530.976)
Despesas com comercialização	(5.742.642)	(1.759.433)	(18.998.512)	(10.655.981)
Despesas gerais administrativas	(1.759.433)	(1.998.512)	(10.655.981)	(5.596.211)
Total	(7.502.075)	(3.757.945)	(29.654.493)	(

► 30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	860	10.324	860	10.324
Multas s/ serviços de telecomunicações	77.586	68.408	77.814	72.903
Receita na alienação de ativos (ii)	318.960	23.747	318.960	23.747
Outras receitas (ii)	65.710	60.876	65.703	62.256
Despesas	463.116	163.355	463.337	169.230
FUST/FUNTELL (i)	(156.855)	(141.994)	(158.021)	(151.485)
Impostos, taxas e contribuições	(1.400)	(1.500)	(1.400)	(1.526)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão				
Despesa na alienação de ativos	(296.106)	(219.229)	(296.108)	(219.241)
Outras despesas	(13.875)	(23.443)	(13.875)	(23.443)
	(22.030)	(20.367)	(22.712)	(21.906)
	(490.266)	(406.533)	(492.116)	(417.601)
	(27.150)	(243.178)	(28.779)	(248.371)

Outras receitas (despesas), líquidas  
(i) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.  
(ii) Representa, principalmente, o ganho na operação de aquisição da Cozani pelo encerramento da disputa pelo ajuste de preço, vide nota 1.2.  
(iii) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 17), sendo R\$54.095 em 2023 (R\$54.095 em 2022).

► 31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras	2.119.004	1.267.501	1.239.753	1.318.948
Juros sobre aplicações financeiras	459.495	498.170	479.968	546.763
Juros de clientes	29.386	26.426	29.467	27.916
Juros swap (iii)	483.785	299.096	483.785	299.096
Juros sobre arrendamento	28.041	28.101	28.041	28.101
Atualização monetária (i)	175.686	213.949	175.686	213.949
Outros derivativos (ii)	39.173	187.097	39.173	187.097
Outras receitas	3.438	14.662	3.633	16.026

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.  
(ii) Refere-se, principalmente à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a qual a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia obteve o direito de subscrição referente a 9ª e 10ª metas contratuais, gerando um efeito de R\$ 39.173 (R\$ 117.520 em 31 de dezembro de 2022, referente a 5ª, 6ª e 7ª metas contratuais). O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 28.  
(iii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

► 32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras	(2.858.036)	(2.466.068)	(2.765.961)	(2.762.963)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(215.357)	(71.979)	(215.357)	(71.979)
Juros sobre impostos e taxas	(249.178)	(174.351)	(252.527)	(187.778)
Juros swap	(578.900)	(644.280)	(578.900)	(644.280)
Juros sobre arrendamento	(11.633.824)	(1.075.603)	(1.062.251)	(1.333.007)
Atualização monetária (i)	(341.542)	(183.524)	(346.719)	(206.018)
Descontos concedidos	(56.356)	(47.644)	(56.356)	(48.774)
Outras despesas (ii)	(252.879)	(268.687)	(253.851)	(271.127)

(i) Parte substancial relacionada a: (a) atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$319.248, vide nota 24 (R\$ 146.642 em 31 de dezembro de 2022); e  
(ii) Parte substancial relacionada a: (a) juros sobre concessões, no montante de R\$ 111.986 (R\$ 87.673 em 31 de dezembro de 2022); e (b) despesas financeiras relacionadas a seguro garantias, aval e encargos, no montante de R\$ 103.448 (R\$ 103.442 em 31 de dezembro de 2022).

► 33. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Empréstimos e financiamentos (i)	125.981	47.552	125.981	47.552
Fornecedores	33.680	34.586	33.680	34.586
Swap (ii)	10.698	10.698	10.698	10.698
Outros	23.676	30.923	23.676	30.923
Despesas	194.035	141.067	194.035	141.067
Empréstimos e financiamentos (i)	(10.698)	(27.984)	(10.698)	(27.984)
Fornecedores	(19.336)	(21.109)	(19.336)	(21.109)
Swap (ii)	(125.981)	(47.460)	(125.981)	(47.460)
Outros	(45.077)	(45.077)	(45.077)	(45.077)
	(201.092)	(136.060)	(201.092)	(136.060)
	(7.057)	5.007	(7.057)	5.007

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.  
(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

► 34. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes da Controladora e Consolidado.  
(a) **Básico**  
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.  
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade  
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)  
Lucro básico por ação (expresso em R\$)  
(b) **Diluído**  
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.  
Lucro atribuível aos acionistas da companhia  
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)  
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)  
O cálculo do lucro diluído por ação, considerando 47 milhares (284 milhares em 31 de dezembro de 2022) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 27.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Telecom Italia Sparkle (i)	3.004	2.770	2.770	-
Grupo Havas (vi)	6.847	-	-	-
TI Sparkle (iii)	1.584	1.494	1.494	-
TI Brasil (vii)	22.800	22.793	22.793	-
Telecom Italia S.p.A. (ii)	3.298	2.086	2.086	-
I-Systems (x)	7.502	14.762	14.762	-
Cozani (x)	-	456.185	-	-
Outros	96	674	674	-
Total	43.434	500.761	44.576	-

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	127.902	85.845	85.845	-
Telecom Italia Sparkle (i)	4.797	4.436	4.436	-
TI Sparkle (iii)	8.087	9.445	9.445	-
TI Brasil (vii)	10.858	10.858	10.858	-
Grupo Vivendi (v)	2.683	3.457	3.457	-
Grupo Havas (vi)	68.407	65.618	65.618	-
I-Systems (viii)	429.771	365.875	49.391	49.391
Cozani (x)	-	383.621	-	-
Italtel (xi)	8.507	13.348	13.348	-
Outros	4.229	8.862	8.862	-
Total	295.837	634.881	251.260	-

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	4.366	2.874	4.366	2.874
Telecom Italia Sparkle (i)	3.980	3.887	3.980	3.887
TI Sparkle (iii)	911	1.968	911	1.968
I-Systems (ix)	27.315	36.090	27.315	36.090
Cozani (x)	3.041	459.797	-	-
Total	39.613	504.616	36.572	44.819

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Telecom Italia S.p.A. (ii)	130.994	108.792	130.994	108.792
Telecom Italia Sparkle (i)	13.520	12.409	13.520	12.409
TI Sparkle (iii)	17.762	18.095	17.762	18.095
Grupo Vivendi (v)	8.390	4.319	8.390	4.319
Grupo Havas (vi)	531.350	382.275	531.350	382.275
I-Systems (viii)	429.771	365.875	429.771	365.875
Cozani (x)	480.108	392.133	-	-
Outros	18.445	16.983	18.445	16.983
Total	1.630.340	1.300.881	1.150.232	908.748

(i) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.  
(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.  
(iii) Os valores referem-se ao desenvolvimento de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações. A empresa foi incorporada em abril de 2023 e todos os saldos intercompany eliminados.  
(iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transfêrencias de funcionários.  
(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.  
(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 487.839 (R\$ 345.597 em 31 de dezembro de 2022), estão relacionados aos repasses de mídia.  
(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.  
(viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.  
(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do closing da transação.  
(x) Referem-se a contratos relativos à operação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, cessão de meios e uso de radiofrequências, além de acordos de cofaturamento.  
(xi) Os valores referem-se ao desenvolvimento de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações. A empresa foi incorporada em abril de 2023 e todos os saldos intercompany eliminados.  
A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocinados. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia investiu R\$ 8.156 (R\$ 5.787 em 31 de dezembro de 2022).  
As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.  
Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulares.

► 36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo	24.530	35.717
Remuneração baseada em ações	9.542	33.926
	34.072	69.643

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.  
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "hedge accounting".  
A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap e opções.  
Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:  
(i) Riscos de variações cambiais  
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação à variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescentes de exposição cambial em contratos comerciais.  
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras não foram objeto de hedge financeiro, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros  
Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:  
A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, e a exposição a taxa pré-fixada atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.  
A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços  
O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outros, exceto pelos empréstimos não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 ou receitas de serviços prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.  
(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos  
A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos operados durante o curso normal do negócio. Todas as aplicações financeiras de Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(v) Risco de crédito financeiro  
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento de dívida, cumprimento de obrigações contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.  
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia cumprir perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvidade das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguir política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

**Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:**  
Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Ativo	304.959	239.714
Passivo	276.951	393.372
Operações com derivativos	502.453	624.671
Outros derivativos (i)	807.412	239.714
Parcela circulante	(239.539)	(239.714)
Parcela não circulante	507.873	662.433

Operações com derivativos  
Outros derivativos (i)  
Parcela circulante  
Parcela não circulante  
Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do capital do C6 em 31 de dezembro de 2023 (5,52% em 31 de dezembro de 2022), onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$25,5 milhões até 31 de dezembro de 2023 (R\$23,9 milhões até 31 de dezembro de 2022). Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo (9%, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$502 milhões e R\$25 milhões, respectivamente. A variação no período, refere-se ao aumento de 2 metas (9ª e 10ª metas), com o valor justo de R\$ 40,7 milhões e a subscrição de ações no montante de R\$ 163 milhões, conforme nota 12.

O impacto da marcação a mercado é calculado pela diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e subsequentemente reavaliado e eventuais variações registradas no resultado financeiro da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados na nota 28.  
Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2023	2022
Ativo	505.163	2.710
Passivo	507.873	507.873

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses. Todas as aplicações financeiras de Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do capital do C6 em 31 de dezembro de 2023 (5,52% em 31 de dezembro de 2022), onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$25,5 milhões até 31 de dezembro de 2023 (R\$23,9 milhões até 31 de dezembro de 2022). Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo (9%, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$502 milhões e R\$25 milhões, respectivamente. A variação no período, refere-se ao aumento de 2 metas (9ª e 10ª metas), com o valor justo de R\$ 40,7 milhões e a subscrição de ações no montante de R\$ 163 milhões, conforme nota 12.

O impacto da marcação a mercado é calculado pela diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e subsequentemente reavaliado e eventuais variações registradas no resultado financeiro da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados na nota 28.  
Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2023	2022
Ativo	505.163	2.710
Passivo	507.873	507.873

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses. Todas as aplicações financeiras de Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,44% das ações do capital do C6 em 31 de dezembro de 2023 (5,52% em 31 de dezembro de 2022), onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$25,5 milhões até 31 de dezembro de 2023 (R\$23,9 milhões até 31 de dezembro de 2022). Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo (9%, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$502 milhões e R\$25 milhões, respectivamente. A variação no período, refere-se ao aumento de 2 metas (9ª e 10ª metas), com o valor justo de R\$ 40,7 milhões e a subscrição de ações no montante de R\$ 163 milhões, conforme nota 12.

O impacto da marcação a mercado é calculado pela diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações



TIMS  
B3 LISTED NM

TIMB  
LISTED NYSE  
ISE B3

**Movimentação dos passivos financeiros**

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (I)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2022	4.969.825	9.948.873	(508.251)
Ingressos	-	2.127.573	122.218
Saldo de companhia incorporada	-	2.992.831	-
Cancelamentos	-	(1.155.617)	-
Encargos financeiros	319.860	1.387.299	95.115
Variações cambiais, líquidas	(115.282)	-	115.282
Pagamentos	(1.403.457)	(3.044.184)	(392.062)
31 de dezembro de 2023	3.770.946	12.256.775	(567.698)

(I) Os pagamentos de passivo de arrendamento, inclui pagamentos de multas no montante de R\$ 238 milhões.

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (I)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)
Ingressos	-	2.195.915	(166.779)
Cancelamentos	-	(84.915)	-
Encargos financeiros	298.718	1.072.438	345.184
Variações cambiais, líquidas	(19.567)	-	19.454
Pagamentos	(723.134)	(2.298.101)	(258.978)
31 de dezembro de 2022	4.969.825	9.948.873	(508.251)

**38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego**

	2023	2022
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.019	5.825

A Companhia patrocina planos de previdência privada de beneficiários definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Altimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

**PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular):** plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que fazem parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

**PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular):** plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

**PAMEC/Apólice de Ativos:** plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

**AES Telecom:** Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Altimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

**Plano Médico Fiber:** Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Altimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS As-sistidos	Convênio de Admi-nistração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2023	2022
Valor presente das obrigações atuariais	37.738	9.131	109	1.007	11.825	3.116	62.926	60.440
Valor justo dos ativos do plano	(54.544)	(14.583)	(287)	-	(10.929)	-	(80.343)	(80.371)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(16.806)	(5.452)	(178)	1.007	896	3.116	(17.417)	(19.931)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	8.170	3.673	33	-	-	-	11.876	15.896
Passivo (ativo) atuarial líquido	(8.636)	(1.779)	(145)	1.007	896	3.116	(5.541)	(4.035)

(i) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos						Totais	
	PBS	PBS As-sistidos	Convênio de Admi-nistração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2023	2022
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/22	(7.983)	(1.674)	(203)	776	1.839	3.210	1.867	97
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(802)	(169)	(17)	75	186	420	(1.000)	(1.000)
Contribuições da patrocinadora	1.550	-	80	(60)	-	(53)	1.517	1.517
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(1.401)	64	(5)	216	(1.129)	(461)	(1.716)	(1.716)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/23	(8.636)	(1.779)	(145)	1.007	896	3.116	(5.541)	(4.035)

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos						Totais	
	PBS	PBS As-sistidos	Convênio de Admi-nistração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2023	2022
Valor das obrigações em 31/12/22	35.189	8.624	105	776	12.536	3.210	69.440	66.440
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	3.389	827	10	75	923	323	5.527	5.527
Benefícios pagos no ano	(3.276)	(887)	(9)	(60)	(739)	(53)	(5.404)	(5.404)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	2.429	567	3	216	(895)	(461)	1.819	1.819
Valor das obrigações em 31/12/23	37.738	9.131	109	1.007	11.825	3.116	62.926	60.440

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos						Totais	
	PBS	PBS As-sistidos	Convênio de Admi-nistração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2023	2022
Valor justo dos ativos em 31/12/22	54.337	14.977	360	10.687	-	-	80.371	80.371
Benefícios pagos no ano	(3.276)	(887)	(9)	(60)	(739)	-	(5.404)	(5.404)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	5.326	1.470	32	-	737	-	7.565	7.565
Contribuições / (devoluções) empresa	(1.550)	-	(80)	60	-	-	(1.570)	(1.570)
Ganho (perda) atuariais em ativos do plano	(293)	(977)	(16)	-	-	234	(1.042)	(1.042)
Valor justo dos ativos em 31/12/23	54.544	14.583	287	-	-	-	80.371	80.371

e) Despesas previstas para 2024

	Planos						Totais	
	PBS	PBS As-sistidos	Convênio de Admi-nistração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2023	2022
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	-	-	-	-	-	120
Juros sobre as obrigações atuariais	3.382	809	10	91	1.089	294	6.675	6.675
Rendimento esperado dos ativos	(4.832)	(1.319)	(25)	-	(1.004)	-	(7.180)	(7.180)
Juros sobre o efeito do limite de (ativo)/passivo	767	343	3	-	-	-	1.113	1.113
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(683)	(167)	(12)	91	85	414	(1.074)	(1.074)

**Premissas atuariais adotadas nos cálculos**  
As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

- Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial: PBS Sul: 9,37% / 5,67%; PBS Nordeste: 9,41% / 5,71%; CA: 9,38% / 5,68%; PBS-A: 9,35% / 5,65%; AES: 9,45% / 5,75%; PAMEC: 9,36% / 5,66%; FIBER: 9,47% / 5,77%
- Taxa de crescimento salarial nominal: PBS Nordeste: 3,50% / 0,00% PBS Sul, CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
- Tábuas biométricas de mortalidade geral: PBS e Fiber: Árvore Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
- Tábuas biométricas de entrada em invalidez: PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/(tempo serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
- Taxa de rotatividade esperada: PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
- Probabilidade de ingresso em aposentadoria: PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: Método do Crédito Unitário Projetado

**39. Seguros**

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$590.376
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$60.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$30.000
Automóvel(FrotaExecutivosOperacionais) Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.	

**40. Informações suplementares ao fluxo de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Transações que não envolvem caixa				
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(2.150.713)	(2.026.706)	(2.150.713)	(2.303.608)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	2.150.713	2.026.706	2.150.713	2.303.608
Ativo e passivos líquidos de efeitos de incorporação	3.877.394	-	-	-
Subscrição bônus Banco C6	162.958	-	162.958	-

**41. Eventos subsequentes**

Pagamento de JSCP  
O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 6 de dezembro de 2023, a distribuição de R\$ 655.000 a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorreu no dia 23 de janeiro de 2024, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorreu em 21 de dezembro de 2023.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- Nicandro Durante  
Presidente (Membro Independente)
- Adrian Calaza  
Membro
- Alberto Mario Griselli  
Membro
- Claudio Giovanni Ezio Ongaro  
Membro
- Elisabetta Paola Romano  
Membro
- Flavia Maria Bittencourt  
Membro Independente
- Gesner José de Oliveira Filho  
Membro Independente
- Herculano Aníbal Alves  
Membro Independente
- Michele Valensise  
Membro
- Gigliola Bonino  
Membro

**DIRETORIA**

- Alberto Mario Griselli  
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
- Andrea Palma Viegas Marques  
Diretora Financeira
- Bruno Mutzenbecher Gentil  
Business Support Officer
- Fabiane Reschke  
Diretora Jurídica
- Maria Antonietta Russo  
People, Culture & Organization Officer
- Mario Girasole  
Regulatory and Institutional Affairs Officer

**CONTADORA RESPONSÁVEL**

Manoela de Paiva Suassuna  
CRC RJ - 102467/O-5  
CPF 806.902.117-91

**CONSELHO FISCAL**

- Membro Efetivo  
Walmir Kesseli  
Presidente
- Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães  
Elias de Matos Brito
- Membro Suplente  
Maria Helena Pettersson  
Carlos Eduardo do Nascimento  
Anderson dos Santos Amorim
- Gesner José de Oliveira Filho  
Coordenador
- Flavia Maria Bittencourt  
Membro
- Herculano Aníbal Alves  
Membro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 6 de fevereiro de 2024, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações reais contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em conformidade com as disposições legais e estatutárias da Companhia.

**RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**1. Sobre o Comitê de Auditoria**  
O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e de mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último. O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Resolução nº 23 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 25 de fevereiro de 2021, e demais regulações aplicáveis. O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

**1.1. Composição**  
Cumprir esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos. A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2023. Para o mandato 2023/2025, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE, sendo todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3:

Nome	Cargo
Gesner José de Oliveira Filho	Coordenador
Flavia Maria Bittencourt	Membro do Comitê
Herculano Aníbal Alves	Membro do Comitê especialista em contabilidade societária

**1.2. Atribuições e Responsabilidades**  
O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOX"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06 de dezembro de 2023, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme Parágrafo 1º do Inciso VII do Art. 27 da Resolução nº 80 da CVM, de 29 de março de 2022.

**2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2023**  
O CAE reuniu-se 4 vezes, sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, 18 (dezoito) reuniões do CAE que contemplaram 82 (oitenta e dois) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 27 (vinte e sete) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente Diretor de Relação com Investidores e a Diretora Financeira, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Risk & Compliance, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relacionadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

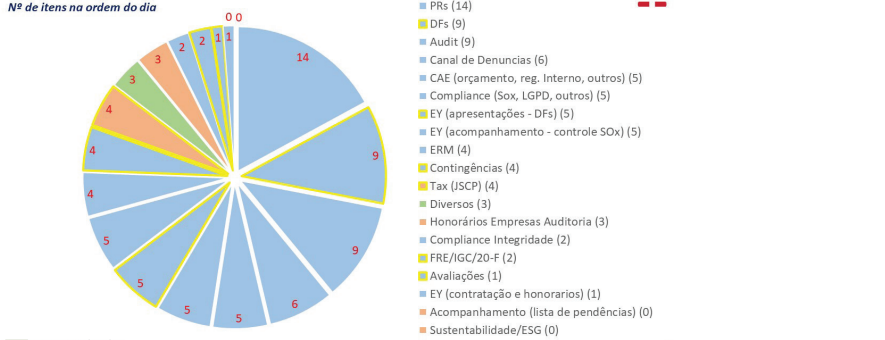
Os assuntos abordados ao longo da programação anual do CAE foram classificados da seguinte forma: (i) temas ordinários (decorrentes da legislação/regulamentação aplicável); (ii) temas recorrentes (decorrentes do plano de trabalho programado para o CAE ao longo do ano); e (iii) temas extraordinários (não previstos nos itens anteriores e submetidos a pedido da administração da Companhia ou dos próprios membros do CAE).

Dentro da organização acima indicada, cumpre destacar os dados estatísticos de produtividade das atividades do CAE, com especial ênfase em alguns temas destacados em amarelo, sinalizados como temas de potencial estratégico para a avaliação pelos membros do CAE, conforme abaixo demonstrado:

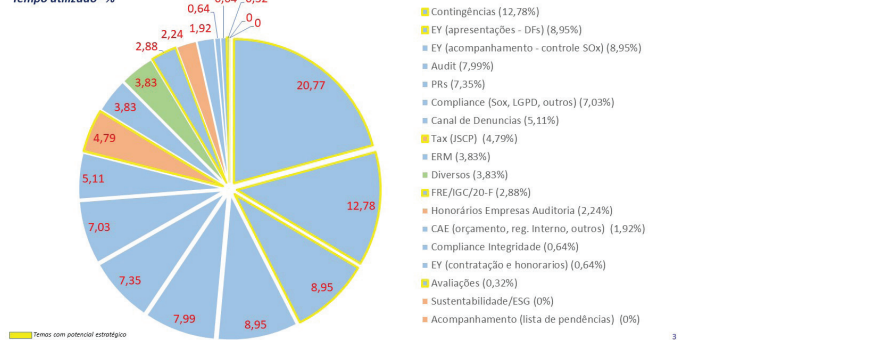
**Produtividade - Exercício 2023**



**Detalhamento de Produtividade - Exercício 2023**



**Detalhamento de Produtividade - Exercício 2023**



- Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar que o CAE:
- Analisou o plano anual de trabalho dos Auditores Independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 10 (dez) sessões durante o ano de 2023. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2023, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.
  - Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2023, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.
  - Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 5 (cinco) sessões durante o ano de 2023, a fim de, dentre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOX"). Em relação aos controles



**TIM S.A.**

**CNPJ nº 02.421.421/0001-11**

**TIMS**  
B3 LISTED NM

**TIMB**  
LISTED

**ISE B3**

**NYSE**

**RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (continuação)**

**3. Assuntos discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)**  
Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros, de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

**3.1. Provisão para contingências tributárias (Nota Explicativa 24 – “Provisão para processos judiciais e administrativos”)**

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

**4. Outras Atividades**

**4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência**

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC), os membros do CAE se reuniram formalmente 1 (uma) vez no mês de abril de 2023 e analisaram, em maio, o conteúdo do Formulário de Referência (CVM) reportado pelos executivos da Companhia.

**4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas**

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

**4.3. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna**

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

**5. Conclusões e recomendações**

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2023”).

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Rio de Janeiro (RJ), de 6 de fevereiro de 2024.

**GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO**

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

**FLAVIA MARIA BITENCOURT**

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

**HERCULANO ANÍBAL ALVES**

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

**Alberto Mario Griselli** (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora Financeira), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*People, Culture & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*) e **Fabiane Reschke** (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024.

**ALBERTO MARIO GRISELLI**

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

**MARIO GIRASOLE**

*Regulatory and Institutional Affairs Officer*

**FABIANE RESCHKE**

Diretora Jurídica

**ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES**

Diretora Financeira

**BRUNO MUTZENBECHER GENTIL**

*Business Support Officer*

**MARIA ANTONIETTA RUSSO**

*People, Culture & Organization Officer*

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

**Alberto Mario Griselli** (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora Financeira), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*People, Culture & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*) e **Fabiane Reschke** (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024.

**ALBERTO MARIO GRISELLI**

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

**MARIO GIRASOLE**

*Regulatory and Institutional Affairs Officer*

**FABIANE RESCHKE**

Diretora Jurídica

**ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES**

Diretora Financeira

**BRUNO MUTZENBECHER GENTIL**

*Business Support Officer*

**MARIA ANTONIETTA RUSSO**

*People, Culture & Organization Officer*

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TIM S/A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 2(h), em decorrência da reclassificação de determinados fluxos de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Provisão para contingências tributárias**

Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R\$19.903 milhões em 31 de dezembro de 2023, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$666 milhões, sendo o valor remanescente de R\$19.236 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 24.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrivemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024.

**ERNST & YOUNG**

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães

Contador CRC

